

Provas Comentadas - Em PDF



**ESTRATÉGIA
CARREIRA JURÍDICA**

Autor

**Prof.: YASMIN USHARA
DE CARVALHO MOURA
BARBOSA**

9 de Maio de 2024

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 20/08/2023, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para **Promotor de Justiça do estado de Minas Gerais**. Assim que disponibilizados o caderno de prova e o gabarito preliminar, nosso time de professores elaborou a **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 2 questões passíveis de recursos, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 55 e 56.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING do MP-MG**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1º fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/dd962091-c30a-4f80-8caa-970c811b21e9>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/c0140477-469f-4e2d-9cf1-097df0b66a86>

Por fim, comentamos na terça-feira, 22/08, a prova, as questões mais polêmicas, bem como as possibilidades de recurso no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!

 **Estratégia Carreira Jurídica - YouTube**

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Metas do Estratégia Carreiras Jurídicas.



PROVA COMENTADA – MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS

QUESTÃO 01. O sistema constitucional brasileiro e a dinâmica do controle de constitucionalidade permitem concluir que é **CORRETA** a seguinte assertiva:

I. A inconstitucionalidade consequencial é sinônima de inconstitucionalidade reflexa ou indireta, sendo vedado o controle concentrado, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

II. A inconstitucionalidade consequencial é sinônima de inconstitucionalidade reflexa ou indireta, sendo possível o controle concentrado, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

III. A interpretação conforme a Constituição difere da declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto.

IV. O princípio da unidade hierárquico-normativa da Constituição corresponde a princípio da hermenêutica constitucional que impede a interpretação da Constituição em tiras, impositivo de solução que sempre concilie as tensões existentes entre normas constitucionais.

a) Apenas os itens II e III são verdadeiros.

b) Apenas os itens I e IV são verdadeiros.

c) Apenas os itens III e IV são verdadeiros.

d) Apenas os itens I, III e IV são verdadeiros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Os Itens I e II estão incorretos, pois trata-se de institutos distintos. A inconstitucionalidade consequencial também é chamada de “por arrastamento” ou “por atração”; nesse caso, os efeitos da declaração de inconstitucionalidade são estendidos para outros dispositivos que não foram impugnados, em razão da relação de dependência ou interdependência para com o dispositivo declarado inconstitucional. Já a inconstitucionalidade indireta ou reflexa ocorre quando o ato viola, em primeiro lugar, a norma a que está subordinada, e apenas indiretamente a Constituição. Em outras palavras, há uma norma infraconstitucional entre a Constituição e o ato normativo questionado, funcionando como uma “ponte”.

O Item III está correto. Ambas as técnicas visam preservar a norma aparentemente inconstitucional, mas se diferem quanto ao modo de correção do vício. A técnica de interpretação conforme somente se aplica à normas polissêmicas, ou seja, que ensejam diferentes possibilidades de interpretação. Nesta técnica, o órgão de controle elimina a inconstitucionalidade excluindo um ou mais sentidos inconstitucionais da norma, atribuindo a ela a interpretação que a compatibilize com a Constituição. Já a técnica da “declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto” é utilizada para afastar algumas hipóteses de aplicação da norma, que aparentemente seriam legítimas, mas que acabariam levando a uma inconstitucionalidade. Esse afastamento de hipóteses é feito sem necessidade de haver qualquer alteração do seu texto normativo. Nesta técnica, não se afasta



sentidos interpretativos da norma (como na técnica da interpretação conforme), mas, sim, afasta-se determinada situação à qual a norma, em tese, se aplicaria.

O Item IV está correto. Parafraseando o professor Canotilho, o princípio da unidade hierárquico-normativa significa que todas as normas contidas numa constituição formal têm igual dignidade (não há normas só formais nem hierarquia de supra-infraordenação dentro da lei constitucional). Portanto, é necessário conciliar as tensões existentes entre normas constitucionais para que a Constituição mantenha sua unidade.

QUESTÃO 02. O exame constitucional da competência legiferante permite assinalar, como resposta CORRETA, que:

a) padece de inconstitucionalidade formal, usurpando a competência privativa do Chefe do Poder Executivo, lei de iniciativa parlamentar que cria despesa para a Administração, versando sobre a estrutura de programa desenvolvido pela Administração Direta.

b) são materialmente inconstitucionais emendas parlamentares que impliquem aumento de despesa em projeto de lei de iniciativa reservada do Chefe do Poder Executivo (art. 63, I, da Constituição da República).

c) há iniciativa concorrente do Chefe do Poder Executivo para edição de normas que alterem o padrão remuneratório dos servidores públicos, nos termos do art. 61, § 1º, II, a, da Constituição da República.

d) não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da estrutura de seus órgãos, havendo, nesse caso, harmonia com a Constituição da República.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. De acordo com jurisprudência do STF, proferida em sede de repercussão geral: “Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal). STF. Plenário. ARE 878.911 (repercussão geral- Tema 917), relator Min. Gilmar Mendes, julgado em 29/09/2016.”

Logo, a letra A fica automaticamente incorreta.

As alternativas B e C estão incorretas, conforme jurisprudência do STF, proferida em sede de repercussão geral: “I - Há reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo para edição de normas que alterem o padrão remuneratório dos servidores públicos (art. 61, § 1º, II, a, da CF); II - São formalmente inconstitucionais emendas parlamentares que impliquem aumento de despesa em projeto de lei de iniciativa reservada do Chefe do Poder Executivo (art. 63, I, da CF). STF. Plenário. RE 745.811/PA (repercussão geral- Tema 686), Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 17/10/2013.”

QUESTÃO 03. Sobre a cláusula full bench, é CORRETO afirmar:

a) A cláusula full bench, embora sem previsão expressa na ordem jurídica nacional, é admitida pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

b) É norma constitucional expressa no direito brasileiro.



c) Trata-se de princípio hermenêutico constitucional, especial em relação aos critérios ordinários de resolução das antinomias normativas, como os critérios hierárquico, cronológico e da especialidade.

d) Não tem previsão na ordem jurídica nacional e os posicionamentos doutrinários favoráveis não foram agasalhados pela jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A cláusula “full bench”, também conhecida como “cláusula de reserva de plenário”, é um requisito para que a lei ou ato normativo seja declarado inconstitucional, sendo necessário o voto da maioria dos membros do tribunal. Esta cláusula é uma norma constitucional que está expressa no artigo 97 da Constituição.

Veja: “Art. 97. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.”

Portanto, conforme explicado, como se trata de uma cláusula expressa na constituição brasileira, as alternativas A, C e D ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 04. Considerando a interpretação das normas constitucionais ligadas à ordem econômica, assinale a alternativa CORRETA:

I. Viola o princípio da livre iniciativa a obrigatoriedade de exigir que os supermercados e estabelecimentos do gênero ofereçam serviço de empacotamento das compras.

II. O princípio constitucional da livre iniciativa garante aos agentes econômicos liberdade para eleger suas estratégias empresariais dentro do marco vigente.

III. O princípio da livre iniciativa, plasmado no art. 1º, IV, da Constituição, como fundamento da República e reiterado no art. 170 do texto constitucional, veda a adoção de medidas que, direta ou indiretamente, destinem-se à manutenção artificial de postos de trabalho, em detrimento das reconfigurações de mercado necessárias à inovação e ao desenvolvimento, mormente porque essa providência não é capaz de gerar riqueza para trabalhadores ou consumidores.

IV. O exercício de atividades econômicas e profissionais por particulares deve ser protegido da coerção arbitrária por parte do Estado, competindo ao Judiciário, à luz do sistema de freios e contrapesos estabelecido na Constituição brasileira, invalidar atos normativos que estabeleçam restrições desproporcionais à livre iniciativa e à liberdade profissional.

a) Os itens I, II, III e IV são verdadeiros.

b) Apenas os itens I, III e IV são verdadeiros.

c) Apenas os itens II, III são verdadeiros.

d) Apenas os itens I e II são verdadeiros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

O Item I está correto, conforme entendimento do STF, proferido em sede de repercussão geral: “São inconstitucionais as leis que obrigam supermercados ou similares à prestação de serviços de acondicionamento ou embalagem das compras, por violação ao princípio da livre iniciativa (art. 1º,



IV e art. 170 da CF/88). STF. Plenário. RE 839950/RS, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 24/10/2018 (repercussão geral)”

O Item II está correto, conforme entendimento do STF: “Como já foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, a Constituição não impõe uma única forma de estruturar a produção. Ao contrário, o princípio constitucional da livre iniciativa garante aos agentes econômicos liberdade para eleger suas estratégias empresariais dentro do marco vigente (CF/1988, art. 170). (ADC 48, rel. min. Roberto Barroso, j. 15-4-2020, P, DJE de 19-5-2020).”

O Item III está correto. É este o entendimento doutrinário predominante. Conforme leciona o professor Márcio André Lopes Cavalcante: “O princípio da livre iniciativa, previsto no art. 1º, IV, da CF/88, como fundamento da República e reiterado no art. 170, proíbe que sejam adotadas medidas que se destinem direta ou indiretamente à manutenção artificial de postos de trabalho, em detrimento das reconfigurações de mercado necessárias à inovação e ao desenvolvimento. Isso porque essa providência não é capaz de gerar riqueza para trabalhadores ou consumidores”. (CAVALCANTE, Márcio André Lopes. São inconstitucionais leis estaduais ou municipais que obriguem o supermercado a manter empacotador para as compras. Buscador Dizer o Direito, Manaus. Disponível em:

<<https://www.buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/7fa1575cbd7027c9a799983a485c3c2f>>. Acesso em: 22/08/2023).”

O Item IV está correto. É este o entendimento do STF: “O exercício de atividades econômicas e profissionais por particulares deve ser protegido da coerção arbitrária por parte do Estado, competindo ao Judiciário, à luz do sistema de freios e contrapesos estabelecidos na Constituição brasileira, invalidar atos normativos que estabeleçam restrições desproporcionais à livre iniciativa e à liberdade profissional. Jurisprudência: RE nº 414426 Relator (a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 01/08/2011.”

QUESTÃO 05. À luz do controle de convencionalidade, assinale a alternativa CORRETA:

I. O exame do sistema interamericano de direitos humanos indica que o Brasil não é parte da maioria dos tratados existentes, ocasionando condenações reiteradas do País na Corte IDH, devido à ausência de proteção adequada.

II. A aferição de convencionalidade “sponte sua” pelo Ministério Público materializa-se nas provocações de terceiros interessados, surgindo, daí, o poder-dever relacionado ao controle de legislação interna atentatória aos tratados que possuam estatura suprallegal ou constitucional.

III. O controle de convencionalidade é realizável pelo Ministério Público, figurando, dentre os meios para o exercício desse controle, o arquivamento do inquérito policial e a celebração de compromisso de ajustamento de conduta no inquérito civil.

IV. A aderência do Brasil à Corte IDH, por meio do Decreto Legislativo nº 89/1998, confere plausibilidade jurídica ao diálogo entre Cortes.

a) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.

b) Apenas os itens I e II são verdadeiros.

c) Apenas os itens III e IV são verdadeiros.

d) Apenas os itens II e III são verdadeiros.

Comentários



A alternativa correta é a **letra C**.

O Item I está incorreto. O Brasil ratificou diversos tratados de Direitos Humanos, entre eles: a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, a Convenção sobre os Direitos da Criança, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Convenção Americana de Direitos Humanos, e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

O Item II está incorreto. O Ministério Público, no uso de suas atribuições constitucionais, possui legitimidade para aferir se as normas internas estão em consonância com os tratados internacionais de direitos humanos equivalentes às emendas constitucionais. Caso verifique incompatibilidade, deve promover o controle de convencionalidade, por meio do controle abstrato de normas. Essa aferição de convencionalidade é realizada por iniciativa própria, também chamada de aferição “sponte sua”.

O Item III está correto. O controle de convencionalidade consiste na análise da compatibilidade dos atos internos (comissivos ou omissivos) em face das normas internacionais (tratados, costumes internacionais, princípios gerais de direito, atos unilaterais, resoluções vinculantes de organizações internacionais). Este controle é, de fato, realizável pelo Ministério Público, pois este, na qualidade de fiscal da ordem jurídica, deve buscar que se observem os padrões dos Direitos Humanos, e, em sua atividade, sempre se pautar na busca da proteção, promoção e realização da dignidade humana.

O Item IV está correto. O Decreto Legislativo 89/1998 aprova a solicitação de reconhecimento da competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos para fatos ocorridos a partir do reconhecimento, de acordo com o previsto no parágrafo primeiro do art. 62 daquele instrumento internacional.

QUESTÃO 06. Sobre o inquérito civil, analise as assertivas abaixo e em seguida assinale a opção CORRETA:

I. O inquérito civil é condição de procedibilidade para o ajuizamento de ações e demais medidas a cargo do Ministério Público, devendo ser instaurado sempre que houver representação ou requerimento formulado por qualquer pessoa ou autoridade.

II. Após homologado o arquivamento do inquérito civil pelo Conselho Superior do Ministério Público, poderá haver o desarquivamento a qualquer tempo, desde que surjam provas novas ou fato novo relevante.

III. O membro do Ministério Público poderá indeferir a instauração de inquérito civil ou procedimento preparatório, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, em decisão fundamentada, a qual deverá ser submetida ao Conselho Superior do Ministério Público para a devida apreciação.

IV. O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de um ano, prorrogável por até três vezes, em decisão fundamentada de seu presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, devidamente explicitadas.

a) Os itens I, II, III e IV são verdadeiros.

b) Os itens I, II, III e IV são falsos.

c) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.



d) Apenas o item II é verdadeiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão exige o conhecimento acerca do instituto do inquérito civil, disciplinado na Resolução 23 do CNMP.

O item I está incorreto, na forma do art. 1º, parágrafo único, da Resolução 23 do CNMP: "O inquérito civil não é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações a cargo do Ministério Público, nem para a realização das demais medidas de sua atribuição própria ." Ademais, segundo o art. 1º, o inquérito civil, de natureza unilateral e facultativa, será instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais.

O item II está incorreto, segundo o art. 12 da Resolução 23 do CNMP: "O desarquivamento do inquérito civil, diante de novas provas ou para investigar fato novo relevante, poderá ocorrer no prazo máximo de seis meses após o arquivamento. Transcorrido esse lapso, será instaurado novo inquérito civil, sem prejuízo das provas já colhidas. "

O item III está incorreto, uma vez que somente haverá reapreciação pelo Conselho Superior do Ministério Público se houve recurso, na forma do art. 5º, §§1º e 2º, da Resolução 23 do CNMP: "Em caso de evidência de que os fatos narrados na representação não configurem lesão aos interesses ou direitos mencionados no artigo 1º desta Resolução ou se o fato já tiver sido objeto de investigação ou de ação civil pública ou se os fatos apresentados já se encontrarem solucionados, o membro do Ministério Público, no prazo máximo de trinta dias, indeferirá o pedido de instauração de inquérito civil, em decisão fundamentada, da qual se dará ciência pessoal ao representante e ao representado. § 1º Do indeferimento caberá recurso administrativo, com as respectivas razões, no prazo de dez dias. § 2º As razões de recurso serão protocoladas junto ao órgão que indeferiu o pedido, devendo ser remetidas, caso não haja reconsideração, no prazo de três dias, juntamente com a representação e com a decisão impugnada, ao Conselho Superior do Ministério Público ou à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva para apreciação."

O item IV está incorreto, pois não há limites para prorrogações, consoante o art. 9º da Resolução 23 do CNMP: "O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de um ano, prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias, por decisão fundamentada de seu presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão."

Portanto, correta a alternativa B.

QUESTÃO 07. Quanto às agências reguladoras, analise as assertivas abaixo e em seguida assinale a opção CORRETA:

I. Os municípios podem criar agências reguladoras, na forma de empresa pública, mediante lei que defina sua organização, competência e a devida função controladora, quando a execução de serviço público de sua competência tenha sido delegada a pessoas do setor privado.

II. Quando for celebrado termo de ajustamento de conduta que tenha por objeto matéria de natureza regulatória de competência da agência reguladora, esta deverá ser comunicada.



III. As agências reguladoras podem celebrar, com força de título executivo extrajudicial, termo de ajustamento de conduta com pessoas físicas ou jurídicas sujeitas a sua competência regulatória, sem prejuízo da aplicação imediata das sanções administrativas de sua competência à pessoa física ou jurídica que o houver firmado, em relação aos fatos que deram causa à sua celebração.

IV. As agências reguladoras nacionais poderão implementar, a seu critério e mediante acordo de cooperação com as agências reguladoras ou órgãos de regulação dos Estados e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação, a descentralização de suas atividades fiscalizatórias, sancionatórias e arbitrais, inclusive quanto às atividades do Sistema Único de Saúde (SUS).

a) Os itens I, II, III e IV são verdadeiros.

b) Os itens I, II, III e IV são falsos.

c) Apenas o item II é verdadeiro.

d) Apenas os itens I, III e IV são verdadeiros

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o conhecimento da literalidade dos dispositivos da Lei nº 13.848/2019, que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras.

O item I está incorreto. Podem ser criadas agências reguladoras nas três esferas (União, Estados/DF e Municípios). Entretanto, as agências reguladoras são definidas como entidades com natureza autárquica, dotadas de personalidade de direito público.

O item II está correto. Trata-se do teor do § 2º do art. 32 da Lei nº 13.848/2019, a seguir transcrito: “§ 2º A agência reguladora deverá ser comunicada quando da celebração do termo de ajustamento de conduta a que se refere o § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, caso o termo tenha por objeto matéria de natureza regulatória de sua competência.”

O item III está incorreto, já que contraria o §1º do art. 32 da Lei nº 13.848/2019, que assim orienta: “§1º Enquanto perdurar a vigência do correspondente termo de ajustamento de conduta, ficará suspensa, em relação aos fatos que deram causa a sua celebração, a aplicação de sanções administrativas de competência da agência reguladora à pessoa física ou jurídica que o houver firmado.”

O item IV está incorreto, pois diverge da previsão contida no art. 34 da Lei nº 13.848/2019. Vejamos: “Art. 34. As agências reguladoras de que trata esta Lei poderão promover a articulação de suas atividades com as de agências reguladoras ou órgãos de regulação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de competência, implementando, a seu critério e mediante acordo de cooperação, a descentralização de suas atividades fiscalizatórias, sancionatórias e arbitrais, exceto quanto a atividades do Sistema Único de Saúde (SUS), que observarão o disposto em legislação própria.”

A alternativa A está incorreta, já que apenas o item II é verdadeiro.

A alternativa B está incorreta. Nos termos da fundamentação exposta, apenas o item II é verdadeiro.

A alternativa C está correta, uma vez que apenas o item II é verdadeiro.

A alternativa D está incorreta, pois os itens I, III e IV são falsos.



QUESTÃO 08. Sobre o PROCON/MG, analise as assertivas abaixo e em seguida assinale a opção CORRETA:

I. Deverá a autoridade administrativa competente abrir Investigação Preliminar antecedente ao Processo Administrativo, no bojo da qual poderá requisitar informações sobre as questões investigadas, devendo ser concluída no prazo de um ano, prorrogável por igual prazo quantas vezes for necessário, em caso de motivo justificável.

II. A autoridade administrativa poderá arquivar a Investigação Preliminar quando a prática infrativa ali detectada for objeto de procedimento administrativo de órgão público com atribuição específica para o assunto, se considerar que o interesse ou direito do consumidor já está sendo ou possa ser adequadamente protegido por outro órgão componente do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, decisão contra a qual cabe recurso ao Conselho Superior do Ministério Público.

III. No curso da Investigação Preliminar a autoridade administrativa poderá expedir recomendação, celebrar termo de ajustamento de conduta e aplicar sanções administrativas aos infratores, inclusive cautelares.

IV. O exercício do dever de investigação do Procon/MG para apurar prática infrativa a interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos dos consumidores, decai em 05 (cinco) anos, a contar da data em que a autoridade administrativa do órgão tiver conhecimento do fato, ou da data em que cessar a prática infrativa permanente ou continuada, prevalecendo a que ocorrer por último, ressalvados os casos em que o objeto da ação punitiva constituir também crime, hipótese em que o prazo será aquele previsto, para fins de prescrição, na lei penal.

a) Os itens I, II, III e IV são verdadeiros.

b) Apenas os itens I, III e IV são verdadeiros.

c) Apenas o item IV é verdadeiro.

d) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o conhecimento dos dispositivos da Resolução PGJ nº 57, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022, que estabelece as normas gerais do exercício do poder de polícia e de aplicação das sanções administrativas pelo Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-MG).

O item I está incorreto, pois diverge da previsão contida no art. 4º da Resolução PGJ Nº 57, de 5 de dezembro de 2022. Vejamos: “Art. 4º Antecedendo à instauração do Processo Administrativo, poderá a autoridade administrativa competente abrir Investigação Preliminar, podendo requisitar dos fornecedores informações sobre as questões investigadas, resguardado o segredo industrial, na forma do disposto no parágrafo 4º do artigo 55 da Lei Federal nº 8.078/1990.”

O item II está incorreto. O erro situa-se na parte que o item afirma ser cabível recurso ao Conselho Superior do Ministério Público. De acordo com o art. 4º, §6º, da RESOLUÇÃO PGJ Nº 57, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022, transcrito a seguir, o recurso poderá ser interposto perante o Procurador-Geral de Justiça: “§6º Quando a prática infrativa detectada na Investigação Preliminar for objeto de procedimento administrativo de órgão público com atribuição específica para o assunto, poderá a autoridade administrativa arquivar o expediente, se considerar que o interesse ou direito do consumidor já está sendo ou possa ser adequadamente protegido por outro órgão componente do



Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), intimando-se os interessados desta decisão, que poderão apresentar recurso ao Procurador-Geral de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da efetiva intimação”.

O item III está incorreto, já que contraria os §§1º e 2º do art. 3º da Resolução PGJ Nº 57, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022. Vejamos: “Art. 3º A autoridade administrativa de defesa do consumidor dispõe, no exercício de suas atribuições, dos seguintes expedientes administrativos: I - Investigação Preliminar; II - Processo Administrativo (Lei Federal nº 8.078/1990, art. 56). §1º No curso da Investigação Preliminar, a autoridade administrativa poderá contar com os seguintes instrumentos: I - Sanções Administrativas Cautelares (Lei Federal nº 8.078/1990, art. 56, parágrafo único); II - Termo de Ajustamento de Conduta (Lei Federal nº 8.078/1990, art. 113); III - Recomendação (Lei Federal nº 8.625/1993, art. 27, parágrafo único, IV). §2º No curso do Processo Administrativo, a autoridade administrativa poderá contar com os seguintes instrumentos: I - Sanções Administrativas, inclusive cautelares (Lei Federal nº 8.078/1990, art. 56, parágrafo único); II - Transação Administrativa; III - Termo de Ajustamento de Conduta (Lei Federal nº 8.078/1990, art. 113); IV - Recomendação (Lei Federal nº 8.625/1993, art. 27, parágrafo único, IV)”.

Da leitura dos supracitados dispositivos, observa-se que é possível no curso da Investigação Preliminar apenas a aplicação de Sanções Administrativas Cautelares. Já no curso do Processo Administrativo, é permitida a aplicação de sanções administrativas, inclusive cautelares.

O item IV está correto. Trata-se da literalidade dos §§ 1º, 3º e 4º do art. 5º da RESOLUÇÃO PGJ Nº 57, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022, transcritos a seguir: “§1º O exercício do dever de investigação do Procon-MG para apurar prática infrativa a interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos dos consumidores, decai em 05 (cinco) anos, a contar da data em que a autoridade administrativa do órgão tiver conhecimento do fato, sendo seu termo final a notificação válida do fornecedor para impugnação. [...] §3º No caso de prática infrativa permanente ou continuada, o termo inicial do prazo a que se refere o parágrafo 1º deste artigo será a data em que a autoridade administrativa do Procon-MG tiver conhecimento do fato ou o dia em que cessar a prática da infração, prevalecendo o que ocorrer por último. §4º Na hipótese de o objeto da ação punitiva também constituir crime, o prazo decadencial para apuração do cometimento da infração será aquele previsto, para fins de prescrição, na lei penal.”

Portanto, a alternativa C está correta, uma vez que apenas o item IV é verdadeiro.

QUESTÃO 09. Quanto aos consórcios públicos, analise as assertivas abaixo e em seguida assinale a opção CORRETA:

I. Os municípios podem prestar serviços públicos de forma integrada, mediante contrato de consórcio público, precedido de prévia subscrição de protocolo de intenções pelos entes que pretendem se associar, ratificado por lei específica editada por cada um dos entes federados, e adquirirá personalidade jurídica de direito público, integrando a administração indireta de todos os entes federados consorciados.

II. O consórcio público poderá, para o cumprimento de seus objetivos, firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo, bem como ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, mediante licitação.

III. Os consórcios públicos podem outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos, desde que o contrato de consórcio público assim autorize, indicando,



de forma específica, o objeto e as condições a que deverá atender, observada a legislação de normas gerais em vigor.

IV. Os consórcios públicos podem emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de taxas pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por eles administrados ou, mediante autorização específica, pelo ente da Federação.

a) Os itens I, II, III e IV são verdadeiros.

b) Os itens I, II, III e IV são falsos.

c) Apenas o item III é verdadeiro.

d) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda a literalidade dos artigos da lei nº 11.107/2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.

O item I está incorreto, pois diverge dos seguintes dispositivos da lei nº 11.107/2005. Vejamos: “art. 5º [...] § 4º É dispensado da ratificação prevista no caput deste artigo o ente da Federação que, antes de subscrever o protocolo de intenções, disciplinar por lei a sua participação no consórcio público. Art. 6º O consórcio público adquirirá personalidade jurídica: I – de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções; II – de direito privado, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil. § 1º O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.”

Da leitura dos dispositivos, verifica-se que nem todos os participantes irão ratificar por lei específica o protocolo de intenções, já que o §4º do art. 5º prevê exceção. Ademais, nos termos do art. 6º, a personalidade poderá ser de direito público ou de direito privado, a depender do caso.

O item II está incorreto. O erro situa-se na parte que trata da licitação, divergindo da previsão contida no § 1º do art. 2º da LEI Nº 11.107/2005: “§ 1º Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá: I – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo; [...] III – ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.”

O item III está correto. Trata-se da literalidade do §3º do art. 2º da LEI Nº 11.107/2005, a seguir transcrito: “§ 3º Os consórcios públicos poderão outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos mediante autorização prevista no contrato de consórcio público, que deverá indicar de forma específica o objeto da concessão, permissão ou autorização e as condições a que deverá atender, observada a legislação de normas gerais em vigor.”

O item IV está incorreto, pois diverge do teor do § 2º do art. 2º da lei Nº 11.107/2005, que prevê a possibilidade de arrecadação de tarifas e outros preços públicos. Vejamos: “§ 2º Os consórcios públicos poderão emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por eles administrados ou, mediante autorização específica, pelo ente da Federação consorciado.”

Portanto, a alternativa C está correta, uma vez que apenas o item III é verdadeiro.



QUESTÃO 10. Analise as assertivas abaixo e em seguida assinale a opção CORRETA:

I. Constitui parceria público-privada, na modalidade concessão administrativa, a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987/95, quando envolver, além da tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

II. O município pode, observada a legislação municipal regulamentadora, celebrar contrato de gestão com uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas à cultura, desde que a atividade da organização social seja voltada para tal fim.

III. As fundações públicas, cujas atividades se caracterizam como serviços de utilidade pública, devem ser criadas por lei e podem ser dotadas de personalidade jurídica de direito público, pertencendo ao gênero autarquias, ou dotadas de personalidade jurídica de direito privado, adquirida com a inscrição de sua escritura de constituição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

IV. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, dotadas de personalidade jurídica de direito privado, integram a administração pública indireta e, assim como as autarquias, são criadas e extintas por lei, aplicando-se-lhes as punições previstas na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil das pessoas jurídicas por atos contra a Administração Pública.

a) Os itens I, II, III e IV são verdadeiros.

b) Apenas os itens I e IV são verdadeiros.

c) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.

d) Apenas o item II é verdadeiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda tópico de direito administrativo relacionado à parceria público-privada, organizações sociais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

O item I está incorreto, pois diverge da previsão contida no art. 2º da lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, transcrito a seguir: “Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa. § 1º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado. § 2º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.”

O item II está correto. É o que se depreende da leitura do art. 1º e art. 5º da lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Vejamos: “Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei. [...] Art. 5º Para os efeitos desta Lei, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas relacionadas no art. 1º.”



O item III está incorreto. O conceito de fundação situa-se no item IV do art. 5º do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967: “IV - Fundação Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.”

Cabe acrescentar, entretanto, que a existência de dois tipos de fundações públicas – com personalidade jurídica de direito público ou de direito privado – é defendida pela corrente dominante da doutrina na interpretação do artigo 5º, IV, do Decreto-Lei 200/1967. As fundações públicas de direito público são criadas por lei específica, sendo uma espécie de autarquia, por isso são chamadas de “fundações autárquicas”, a criação das fundações públicas de direito privado, por sua vez, é autorizada por lei.

O item IV está incorreto, pois diverge do teor e §1º do art. 2º e do art. 94, ambos da lei nº 13.303/2016. Vejamos: “art. 2º § 1º A constituição de empresa pública ou de sociedade de economia mista dependerá de prévia autorização legal que indique, de forma clara, relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional, nos termos do caput do art. 173 da Constituição Federal . [...] Art. 94. Aplicam-se à empresa pública, à sociedade de economia mista e às suas subsidiárias as sanções previstas na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 , salvo as previstas nos incisos II, III e IV do caput do art. 19 da referida Lei “.

Portanto, a alternativa D está correta, pois apenas o item II é verdadeiro.

QUESTÃO 11. De acordo com o disposto na Lei nº 13.019/2014, que estabelece as normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, analise as assertivas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

I. O termo “parceria” é definido como o conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida, formal ou informalmente, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos em termos de colaboração.

II. São consideradas organizações da sociedade civil as cooperativas sociais, constituídas com a finalidade de inserir as pessoas em desvantagem no mercado econômico, por meio do trabalho, fundamentadas no interesse geral da comunidade em promover a pessoa humana e a integração social dos cidadãos e que incluem, entre suas atividades, a organização e gestão de serviços socio sanitários e educativos e o desenvolvimento de atividades agrícolas, industriais, comerciais e de serviços.

III. As organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos são consideradas organizações da sociedade civil.

IV. As entidades privadas, sem fins lucrativos, que não distribuam entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, ainda que não os apliquem na consecução do respectivo objeto social, poderão ser consideradas organizações da sociedade civil caso desenvolvam projetos de reconhecida utilidade pública.



- a) Os itens I e II são verdadeiros.
- b) Os itens I e IV são verdadeiros.
- c) Os itens II e III são verdadeiros.
- d) Os itens III e IV são verdadeiros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda a literalidade dos artigos da LEI Nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, bem como da lei Nº 9.867, de 10 de novembro de 1999, que trata das cooperativas sociais.

O item I está incorreto, pois diverge do teor do item III da alínea “c” do inciso I do art. 2º da LEI Nº 13.019/2014: “[...] III - parceria: conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;”

O item II está correto. Trata-se da literalidade do art. 1º da lei nº 9867/99: “Art. 1º As Cooperativas Sociais, constituídas com a finalidade de inserir as pessoas em desvantagem no mercado econômico, por meio do trabalho, fundamentam-se no interesse geral da comunidade em promover a pessoa humana e a integração social dos cidadãos, e incluem entre suas atividades: I – a organização e gestão de serviços socio sanitários e educativos; e II – o desenvolvimento de atividades agrícolas, industriais, comerciais e de serviços.”

O item III está correto. É a reprodução da alínea “c” do inciso I do art. 2º da da LEI Nº 13.019/2014. Vejamos: “Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se: I - organização da sociedade civil: [...] c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.”

O item IV está incorreto, pois diverge do teor da alínea “a” do inciso I do art. 2º da lei nº 13.019/2014: “Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se: I - organização da sociedade civil: a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;”

Portanto, a alternativa C está correta, uma vez que apenas os itens II e III são verdadeiros.

QUESTÃO 12. Relativamente à intervenção do Poder Judiciário nas políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, é INCORRETO afirmar que:

- a) A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado.
- b) A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes.



c) No caso dos serviços de saúde, a insuficiência de profissionais somente poderá ser suprida por concurso público ou por remanejamento de recursos humanos.

d) A intervenção casuística do Poder Judiciário, ao especificar a forma de gestão do serviço, subtraindo do administrador público a possibilidade de adotar estratégias compatíveis com a realidade local e capazes de sanar ausência ou deficiência grave do serviço, pode colocar em risco a própria continuidade da política pública, haja vista o risco de comprometer a alocação racional dos recursos públicos.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**.

A questão aborda a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal fixada no RE 684612 – tema 698.

A alternativa A está correta. O Supremo Tribunal Federal fixou a seguinte tese relacionada à intervenção do Poder Judiciário nas políticas públicas: “A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes. 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado. 3. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).” (RE 684612 – tema 698)

A alternativa B está correta. Sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal fixou a seguinte tese: “A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes. 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado. 3. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).” (RE 684612 – tema 698)

A alternativa C está incorreta. O erro situa-se na expressão “somente”. Sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal fixou a seguinte tese: “A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes. 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado. 3. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP). (RE 684612 – tema 698)

A alternativa D está correta. Trata-se de entendimento jurisprudencial do STF, expresso na seguinte ementa: “[...] 4. A intervenção casuística do Poder Judiciário, definindo a forma de contratação de pessoal e da gestão dos serviços de saúde, coloca em risco a própria continuidade das políticas públicas de saúde, já que desorganiza a atividade administrativa e compromete a alocação racional dos escassos recursos públicos. Necessidade de se estabelecer parâmetros para que a atuação judicial seja pautada por critérios de razoabilidade e eficiência, respeitado o espaço de discricionariedade do administrador. [...]”. (RE 684612).



QUESTÃO 13. Os serviços públicos, assim considerados aqueles que se circunscrevem no âmbito das atividades típicas do Estado, prestadas no exercício de sua função administrativa, direta ou indiretamente, submetem-se ao regime jurídico-administrativo. Acerca dessa temática, é CORRETO afirmar que:

A) O princípio da continuidade exclui a possibilidade de suspensão da prestação dos serviços públicos prestados sob a forma de concessão, salvo quando houver inadimplemento por parte do usuário, hipótese em que a interrupção poderá ocorrer a qualquer momento, desde que constatada a inadimplência.

B) Conforme dispõe a Lei nº 8.987/95, para que o serviço público prestado seja adequado, devem ser satisfeitas as condições de regularidade, continuidade, eficiência, atualidade, especificidade e modicidade das tarifas.

C) A modernidade das técnicas, das instalações e do equipamento utilizado pelo prestador é condição para a prestação do serviço público adequado ao pleno atendimento dos usuários, nos termos da legislação em vigor.

D) Somente nos casos em que suspensão da prestação do serviço for motivada por razões de ordem técnica, em situação de emergência ou após aviso prévio do prestador ao usuário, será afastada a caracterização da descontinuidade do serviço público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda a literalidade dos artigos da LEI Nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal.

A alternativa A está incorreta, já que diverge do teor do §3º do art. 6º da Lei nº 8.987/95, pois deve haver prévio aviso nos casos de inadimplência. Vejamos: “§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando: I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e, II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade”

A alternativa B está incorreta. É o que se extrai da leitura do §1º do art. 6º da Lei nº 8.987/95: “§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.”

A alternativa C está correta. É o que se depreende da leitura dos seguintes artigos da Lei nº 8.987/95: “ Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato. § 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. § 2º A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.”

A alternativa D está incorreta, pois diverge do teor do §3º do art. 6º da Lei nº 8.987/95: “§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando: I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e, II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade”

QUESTÃO 14. Sobre o poder de polícia, é INCORRETO afirmar que:



a) Caracteriza-se como atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão do interesse público concernente à segurança, à ordem pública, à disciplina da produção e do mercado, à saúde pública, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito aos direitos individuais ou coletivos e à propriedade.

b) As ações relacionadas ao controle do risco sanitário em alimentos e medicamentos é um exemplo do poder de polícia administrativa voltado à preservação da saúde pública e será regularmente exercido quando desempenhado pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal.

c) É constitucional sua delegação, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público, que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

d) De acordo com a Resolução nº 20/2007 do CNMP, os organismos policiais, bem como qualquer outro órgão ou instituição, civil ou militar, à qual seja atribuída parcela de poder de polícia, relacionado à segurança pública e à persecução criminal, estão sujeitos ao controle externo exercido pelo Ministério Público, excluindo-se, portanto, as polícias legislativas.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**.

A questão aborda o tópico de direito administrativo relacionado ao poder de polícia.

A alternativa A está correta. Trata-se de conceito de poder de polícia retirado do glossário do site do CNMP: “Atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. É regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.”

A alternativa B está correta. Trata-se de conceito de poder de polícia retirado do glossário do site do CNMP: “[...] é regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.” Ademais, é certo que ações relacionadas ao controle do risco sanitário de alimentos e medicamentos configuram exemplo do poder de polícia administrativa voltado à preservação da saúde pública.

A alternativa C está correta. Trata-se de jurisprudência fixada pelo STF. Vejamos: “é constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial” (RE 633782, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/10/2020, REPERCUSSÃO GERAL - Tema 532).

A alternativa D está incorreta, pois diverge do disposto no art. 1º da Resolução nº 20/2007 do CNMP, abaixo transcrito, que inclui as polícias legislativas: “Art. 1º Estão sujeitos ao controle externo do Ministério Público, na forma do art. 129, inciso VII, da Constituição Federal, da legislação



em vigor e da presente Resolução, os organismos policiais relacionados no art. 144 da Constituição Federal, bem como as polícias legislativas ou qualquer outro órgão ou instituição, civil ou militar, à qual seja atribuída parcela de poder de polícia, relacionada com a segurança pública e persecução criminal.”

QUESTÃO 15. As assertivas abaixo referem-se à responsabilidade civil do Estado, analise-as e assinale a alternativa CORRETA:

I. Será aferida objetivamente nos casos em que profissionais da imprensa são feridos por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestação na qual haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes, ressalvada a possibilidade de exclusão da responsabilidade estatal nos casos em que for comprovada a culpa exclusiva da vítima.

II. Nas hipóteses em que decorre de omissão estatal, além de demonstração da culpa genérica da Administração, por não ter atuado para impedir a ocorrência do dano, é necessária a individualização da conduta culposa do agente, a exemplo do que ocorre nos casos em que se apura a responsabilidade estatal pela morte de detento.

III. O Estado responde, subjetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros.

IV. A ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor da conduta, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

a) Apenas os itens III e IV são verdadeiros.

b) Apenas os itens II e III são verdadeiros.

c) Apenas os itens I e II são verdadeiros.

d) Apenas os itens I e IV são verdadeiros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) relacionada à responsabilidade civil do Estado.

O item I está correto. É o teor da tese de repercussão geral fixada pelo STF no Recurso Extraordinário (RE) 1209429, com repercussão geral (Tema 1055): “É objetiva a responsabilidade civil do estado em relação ao profissional de imprensa ferido por agentes policiais durante a cobertura jornalística em manifestações em que haja tumulto ou conflito entre policiais e manifestantes. Cabe a excludente de responsabilidade da culpa exclusiva da vítima nas hipóteses em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas em que haja grave risco a sua integridade física”.

O item II está incorreto. Nos casos em que se apura a responsabilidade estatal pela morte de detento não se trata de hipótese de demonstração da culpa genérica da administração, mas sim de comprovação de omissão específica do estado. É o que se depreende do seguinte julgado: “APELAÇÕES CÍVEIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. MORTE DE DETENTO EM ESTABELECIMENTO PENITENCIÁRIO. ASFIXIA MECÂNICA. EVIDÊNCIAS TANTO DE HOMICÍDIO QUANTO DE SUICÍDIO. OMISSÃO ESPECÍFICA DO ESTADO. APLICAÇÃO DA TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. QUANTUM



INDENIZATÓRIO REDUZIDO. MANUTENÇÃO DO PENSIONAMENTO. VERBA HONORÁRIA SUCUMBENCIAL REDIMENSIONADA. - Conforme o artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, responde o Estado objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo desnecessária a comprovação de dolo ou culpa. Por se tratar de omissão do Estado, a responsabilidade será objetiva, se a omissão for específica, e subjetiva, se a omissão for genérica. No caso em análise, a omissão é específica, pois o Estado deve zelar pela integridade física dos internos em estabelecimentos penitenciários que estão sob sua custódia, tendo falhado nesse ínterim.” (RE 841526, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, REPERCUSSÃO GERAL).

O item III está incorreto. Trata-se do entendimento jurisprudencial fixado pelo Supremo Tribunal Federal. A responsabilidade é objetiva, conforme ementa transcrita a seguir: “[...] 4. O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa”(RE 842846).

O item IV está correto. O Supremo Tribunal Federal fixou o seguinte entendimento no RE 1.027.633/SP, rel. min. Marco Aurélio, julgado em 14/8/2019 (repercussão geral): "A teor do dispositivo do art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação de por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora do serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do fato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa".

A alternativa D está correta, pois apenas os itens I e IV são verdadeiros.

QUESTÃO 16. Tem-se reconhecido de forma consolidada e perene – desde o leading case firmado no julgamento da ADI 939 (j. 15/12/93), no STF – que os princípios constitucionais-tributários, sendo normas jurídicas de alta densidade axiológica, que visam tutelar valores relevantes para o Estado de Direito, são qualificados como direitos fundamentais ou garantias individuais. Em razão de tal dimensão, alçados, inclusive, ao status de cláusulas pétreas, os princípios tributários servem como essencial salvaguarda para o contribuinte, ao mesmo tempo em que se revelam ao Poder Público como limitações ao poder de tributar. Neste sentido, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.
- b) É inconstitucional a majoração da base de cálculo do IPTU sem edição de lei em sentido formal, vedada a atualização, por ato do Executivo, em percentual superior aos índices oficiais de correção monetária, mediante a publicação das chamadas ‘Plantas de Valores’.
- c) As custas e os emolumentos judiciais ou extrajudiciais têm caráter tributário de taxa. Logo, para sua instituição e cobrança, devem observar-se as limitações constitucionais ao poder de tributar, entre elas, o princípio da legalidade bem como o princípio da anterioridade anual e nonagesimal.
- d) O princípio da proibição do confisco em matéria tributária não se coaduna com o controle de constitucionalidade exercido pelo Supremo Tribunal Federal no que concerne às multas fiscais.

Comentários

A alternativa correta a ser assinada é a **letra D**, tendo em vista que a jurisprudência do STF, que possui entendimento no sentido de que: “[...] o valor da obrigação principal deve funcionar como



limitador da norma sancionatória, de modo que a abusividade revela-se nas multas arbitradas acima do montante de 100%. Entendimento que não se aplica às multas moratórias, que devem ficar circunscritas ao valor de 20% (ARE nº 938.538, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 29/09/2016)". Logo, o controle de constitucionalidade realizado pelo STF se coaduna com a proibição do confisco em relação às multas fiscais, razão pela qual a alternativa está incorreta e é o gabarito da questão.

A alternativa A está incorreta, pois está de acordo com a Súmula Vinculante nº 50: "Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade".

A alternativa B está incorreta, pois de acordo com o STF, é inconstitucional a majoração, sem edição de lei em sentido formal, do valor venal de imóveis para efeito de cobrança do IPTU acima dos índices oficiais de correção monetária (RE nº 648.245/MG, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 1/8/2013 (repercussão geral), Informativo nº 713). Além disso, dispõe a Súmula nº 160 do STJ que: "É defeso, ao Município, atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária".

A alternativa C está incorreta, pois está de acordo com a jurisprudência do STF: "[...] as custas judiciais e os emolumentos concernentes aos serviços notariais e registrais possuem natureza tributária, qualificando-se como taxas remuneratórias de serviços públicos, sujeitando-se, em consequência, quer no que concerne à sua instituição e majoração, quer no que se refere à sua exigibilidade, ao regime jurídico-constitucional pertinente a essa especial modalidade de tributo vinculado, notadamente aos princípios fundamentais que proclamam, dentre outras, as garantias essenciais (a) da reserva de competência impositiva, (b) da legalidade, (c) da isonomia e (d) da anterioridade". (ADI/MC nº 1378/ES).

QUESTÃO 17. O primado do ordenamento constitucional democrático assentado no Estado de Direito pressupõe uma transparente responsabilidade do Estado e, em especial, do Governo. (STF – MS nº 33.340, rel. Min. Luiz Fux, DJe 03/08/2015).

A atividade financeira do Estado, portanto, não se exime do crivo do controle externo e interno, como fator de validade e legitimidade, de sorte que a ordem normativa, em especial, a Carta Magna de 1988 estabeleceu um sistema de acompanhamento e fiscalização do orçamento público. A Lei de Responsabilidade Fiscal dispôs, igualmente, de uma série de instrumentos visando disciplinar o limite de gastos, a realização de despesas, o endividamento, a lisura e integridade na prestação das contas, sob pena de responsabilização institucional, ao próprio Ente federativo, bem como sanções pessoais ao agente público, de ordem política, administrativa ou penal.

É neste cenário, na administração de recursos públicos, que se revelam significativas as alterações referentes às emendas impositivas destinadas aos parlamentares para apresentação ao projeto de lei orçamentária anual e destinação aos Estados e Municípios. Neste sentido, assinale a alternativa CORRETA:

a) Os recursos transferidos aos Estados e Municípios por meio das emendas individuais impositivas integrarão a receita dos respectivos Entes para fins de endividamento, repartição e para o cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo.

b) Em casos excepcionais, devidamente motivados pelo gestor público, é possível a aplicação dos recursos provenientes das emendas parlamentares individuais para o pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais relativas aos ativos e inativos, bem como pensionistas.



c) Os recursos advindos das emendas individuais impositivas serão alocados por meio de transferência especial, sendo que o montante será repassado diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congêneres; ou, então, por meio de transferência com finalidade definida, sendo que os recursos serão vinculados à programação estabelecida na emenda.

d) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, devendo a totalidade desse percentual ser destinada a ações e serviços públicos de saúde.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, pois está de acordo com o art. 166-A, I e II, § 2º, I e § 4º, I, da Constituição Federal: “Art. 166-A. As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios por meio de: I - transferência especial; ou II - transferência com finalidade definida. [...] § 2º Na transferência especial a que se refere o inciso I do caput deste artigo, os recursos: I - serão repassados diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congêneres; [...] § 4º Na transferência com finalidade definida a que se refere o inciso II do caput deste artigo, os recursos serão: I - vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar”.

A alternativa A está incorreta, pois conforme o art. 166-A, § 1º, da Constituição: “Art. 166-A. [...] § 1º Os recursos transferidos na forma do caput deste artigo não integrarão a receita do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios para fins de repartição e para o cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo, nos termos do § 16 do art. 166, e de endividamento do ente federado, vedada, em qualquer caso, a aplicação dos recursos a que se refere o caput deste artigo no pagamento de:”.

A alternativa B está incorreta, pois conforme a parte final do art. 166-A, § 1º, da Constituição: “Art. 166-A. [...] § 1º Os recursos transferidos na forma do caput deste artigo não integrarão a receita do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios para fins de repartição e para o cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo, nos termos do § 16 do art. 166, e de endividamento do ente federado, vedada, em qualquer caso, a aplicação dos recursos a que se refere o caput deste artigo no pagamento de: I - despesas com pessoal e encargos sociais relativas a ativos e inativos, e com pensionistas; e II - encargos referentes ao serviço da dívida”.

A alternativa D está incorreta, pois não é a totalidade que deve ser encaminhada, mas a metade, conforme art. 166, § 9º, da Constituição Federal: “art. 166 [...] § 9º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 126, de 2022)”.

QUESTÃO 18. O Ministério Público Eleitoral – MPE – tem destacada relevância no processo eleitoral brasileiro, com diversas atribuições de fiscalização e controle, ora participando como fiscal da lei, ora atuando como legitimado/parte em ações e procedimentos eleitorais, desde as convenções partidárias, até a diplomação dos eleitos. É nesta perspectiva que se deve assinalar a alternativa CORRETA, à luz do ordenamento jurídico vigente e da interpretação jurisprudencial consolidada:



I. A prova colhida por meio de procedimento preparatório eleitoral (PPE) não afronta a Lei 9.504/97, que veda, em matéria eleitoral, a aplicação dos procedimentos previstos na Lei 7.347/85. E tal procedimento, por ser de natureza cível, não atrai o foro por prerrogativa de função.

II. O MPE não tem legitimidade para fiscalizar a regular aplicação das verbas do Fundo Partidário destinado às fundações vinculadas aos partidos políticos, até porque não cabe à Justiça Eleitoral a competência para processar e julgar as contas anuais destas fundações.

III. O MPE tem legitimidade para recorrer da decisão que julga o pedido de registro de candidatura, ainda que não tenha apresentado impugnação.

IV. Nas ações em que se discute a fraude às cotas de gênero, exige-se a formação de litisconsórcio passivo necessário, entre os candidatos eleitos e as pessoas envolvidas nas candidaturas fictícias.

a) Os itens II e III são verdadeiros.

b) Os itens I e IV são verdadeiros.

c) Os itens I e III são verdadeiros.

d) Os itens II e IV são verdadeiros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O Item I está correto. Conforme entendimento do STF: “[...] 6. A prova colhida por meio de PPE, segundo jurisprudência do TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, não afronta o disposto no art. 105–A da Lei 9.504/1997, que deve ser interpretado em conformidade com os arts. 127 da CF/88, que atribui ao Ministério Público prerrogativa de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e de interesses sociais individuais indisponíveis, e 129, III, que prevê o inquérito civil e a ação civil pública para a tutela de interesses difusos e coletivos. [...] (Ac. de 16.9.2021 no AgR-REspEI nº 22027, rel. Min. Alexandre de Moraes.)”.

O Item II está incorreto. O MPE tem sim legitimidade para fiscalizar a regular aplicação das verbas do Fundo Partidário. A resolução nº 23.607/2019 do TSE, que dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatas ou candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições, traz inúmeros artigos em que é possível vislumbrar a legitimidade do MPE; por exemplo, art. 91: “Art. 91. Os indícios de irregularidade relativos à arrecadação de recursos e gastos eleitorais obtidos mediante cruzamento de informações entre órgãos e entidades da administração pública devem ser processados na forma descrita a seguir: I - tão logo identificados, os indícios de irregularidade serão diretamente encaminhados ao Ministério Público; II - o Ministério Público, procedendo à apuração dos indícios, poderá, entre outras providências: a) requisitar à autoridade policial a instauração de inquérito; b) requisitar informações a candidatas ou a candidatos, partidos políticos, doadoras ou doadores, fornecedoras ou fornecedores e a terceiras ou terceiros para a apuração dos fatos, além de determinar outras diligências que julgar necessárias; c) requerer a quebra dos sigilos fiscal e bancário de candidata ou de candidato, partido político, doadora ou doador ou fornecedora ou fornecedor de campanha (Lei Complementar nº 105/2001, art. 1º, § 4º); III - concluída a apuração dos indícios, o Ministério Público, juntando os elementos probatórios colhidos e manifestando-se sobre eles, fará a imediata comunicação à autoridade judicial e solicitará a adoção de eventuais pedidos de providência que entender cabíveis;”

O Item III está correto. De acordo com o Tema 680 de repercussão geral do STF, proferido no julgamento do ARE 728188: “Tema 680 - Legitimidade do Ministério Público Eleitoral para recorrer



de decisão que defere registro de candidatura, ainda que não haja apresentado impugnação ao pedido inicial. Tese: “A partir das eleições de 2014, inclusive, o Ministério Público Eleitoral tem legitimidade para recorrer da decisão que julga o pedido de registro de candidatura, ainda que não tenha apresentado impugnação.”

O Item IV está incorreto. “[...] AIJE. Vereador. Cota de gênero. Fraude. Art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/1997. [...] Ausência de candidata fictícia no polo passivo da lide. Litisconsórcio passivo necessário. Inexistência. [...] 9. Afastada a exigência de formação litisconsorcial entre os candidatos eleitos e as supostas candidatas fictícias, evidencia-se ser essencial e relevante à Justiça Eleitoral que prossiga na análise da possível fraude na cota de gênero, mesmo diante da ausência de candidata que possa ter atuado na condição de laranja, de modo a dar maior efetividade à ação eleitoral e, assim, impedir que se instale um ambiente propício à impunidade. [...]” (Ac. de 30.3.2023 no REspEI nº 060087909, rel. Min. Raul Araújo.)

QUESTÃO 19. “Fazem muito mal à República os políticos corruptos, pois não apenas se impregnam de vícios eles mesmos, mas os infundem na sociedade, e não apenas a prejudicam por se corromperem, mas também porque a corrompem, e são mais nocivos pelo exemplo do que pelo crime.” (MARCO TÚLIO CÍCERO. Manual do candidato às eleições. As leis, III, XIV, 32). A presente reflexão remete à indispensável necessidade de se fiscalizar, controlar, responsabilizar e punir os comportamentos contrários à lisura, transparência e licitude em todas as fases do processo eleitoral, para a manutenção e garantia do Estado Democrático de Direito. Nesta ordem de ideias, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A prática da denominada “rachadinha” caracteriza, simultaneamente, enriquecimento ilícito e dano ao erário, para fins de enquadramento de inelegibilidade.
- b) O uso de aplicações digitais de mensagens instantâneas, visando promover disparos em massa, contendo desinformação e inverdades em prejuízo de adversários e em benefício de candidato, pode configurar abuso de poder econômico e/ou uso indevido dos meios de comunicação social.
- c) Para fins de responsabilização por abuso de poder político, a ampla liberdade de manifestação do pensamento na internet é plenamente compatível com o controle e a punição a novas formas de praticar condutas abusivas na sociedade em rede.
- d) O abuso de poder religioso, assim considerado como participação de líder eclesiástico nas campanhas eleitorais, em favor de si próprio, de partido político ou de candidatos, é reconhecido como ilícito autônomo, para fins de aplicação da sanção de inelegibilidade e cassação do diploma.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Esta é a única alternativa que se encontra incorreta, conforme pedido pelo enunciado da questão. O TSE decidiu, no julgamento do REsp 8285, que o abuso de poder religioso não pode ser considerado ilícito autônomo: “Não é possível ampliar a concepção do termo “autoridade”, constante do artigo 22 da Lei Complementar 64/1990, para incluir especificamente o caso do líder religioso. Com isso, sem previsão legal, não existe a figura autônoma do abuso do poder religioso que possa ser examinada em sede de ações de investigação judicial eleitoral.”

A alternativa A está incorreta, posto que está de acordo com entendimento do TSE. No julgamento do REsp 0600235-82, o TSE decidiu, por unanimidade, em decisão colegiada, que a prática de “rachadinha” – a apropriação de parte do salário de servidores pelos políticos que os nomearam –



configura enriquecimento ilícito e dano ao patrimônio público. Veja: “ELEIÇÕES DE 2020. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. PRÁTICA ILÍCITA DE “RACHADINHA”. CARACTERIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO E DANO AO ERÁRIO PÚBLICO. INELEGIBILIDADE DO ART. 1º, I, L, DA LC Nº 64/1990 CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. (...) 3. A exigência legal imposta de que a conduta ímproba traga, simultaneamente, prejuízo ao erário e enriquecimento ilícito do próprio agente ou de terceiros, como exigido por esta Corte Eleitoral, está presente, pois é regular e lícito ao TSE verificar na fundamentação da decisão condenatória a existência de ambos os requisitos (AgR-AI nº 411-02/MG, Rel. Min. EDSON FACCHIN, DJe de 7.2.2020; Rel. Min. OG FERNANDES, PSESS de 27.11.2018).”

A alternativa B está incorreta, posto que está de acordo com entendimento do TSE. No julgamento das AIJES 0601968-80 e 0601771-28, o TSE fixou a seguinte tese: “O uso de aplicações digitais de mensagens instantâneas visando promover disparos em massa contendo desinformação e inverdades em prejuízo de adversários e em benefício de candidato pode configurar abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação social, nos termos do artigo 22 da LC 64/1990 (Lei de Inelegibilidade), a depender da efetiva gravidade da conduta, que será examinada em cada caso concreto”.

A alternativa C está incorreta, posto que está de acordo com entendimento do TSE. No julgamento das AIJE 0600814-85, o TSE proferiu o seguinte: “1. Trata-se de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) destinada a apurar a ocorrência de abuso de poder político e uso indevido de meios de comunicação, em virtude de reunião realizada em 18/07/2022, no Palácio da Alvorada. (...) 26. A premissa da abordagem da matéria é a ampla liberdade de manifestação do pensamento na internet, o que é plenamente compatível com o controle e a punição a novas formas de praticar condutas abusivas na sociedade em rede.”

QUESTÃO 20. A legislação eleitoral, em especial a Lei 9.504/97, disciplina uma série de condutas vedadas aos agentes públicos de forma que seus atos não venham provocar desequilíbrio na necessária isonomia entre os candidatos, nem violem a normalidade e legitimidade do pleito eleitoral. Neste sentido, assinale a alternativa CORRETA:

a) Não configura propaganda eleitoral antecipada, ainda que envolva pedido explícito de voto, a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos.

b) É proibido ao agente público, nos três meses que antecedem o pleito, empenhar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a 6 (seis) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito.

c) Nos seis meses que antecederem as eleições, na realização de inaugurações é vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos, ficando o candidato beneficiado, agente público ou não, sujeito à cassação do registro ou do diploma.

d) É proibido ao agente público, nos seis meses que antecedem o pleito, fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.

Comentários



A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Não pode haver pedido explícito de voto, conforme art. 36-A, caput e inciso I, da Lei 9.504/97: “Art. 36-A. Não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e os seguintes atos, que poderão ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet: I - a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos, observado pelas emissoras de rádio e de televisão o dever de conferir tratamento isonômico;”

A alternativa B está correta, conforme art. 73, inciso VII, da Lei 9.504/97: “Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais: (...) VII - empenhar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a 6 (seis) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito;”

A alternativa C está incorreta. São nos 3 meses que antecedem a eleição, conforme art. 75, caput e parágrafo único, da Lei 9.504/97: “Art. 75. Nos três meses que antecederem as eleições, na realização de inaugurações é vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos. Parágrafo único. Nos casos de descumprimento do disposto neste artigo, sem prejuízo da suspensão imediata da conduta, o candidato beneficiado, agente público ou não, ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma.”

A alternativa D está incorreta. São nos 3 meses que antecedem o pleito, conforme art. 73, inciso VI, alínea ‘c’, da Lei 9.504/97: “Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais: (...) VI - nos três meses que antecedem o pleito: (...) c) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo;”

QUESTÃO 21. No que se refere à Lei de Drogas, assinale a alternativa CORRETA:

a) A instigação ao consumo de drogas, para efeitos de caracterização do delito tipificado no artigo 33, §2º, da Lei de Drogas, pode ser genérica, não pressupondo que vise pessoas determinadas ou determináveis.

b) Para a configuração do crime tipificado no art. 33, §1º, IV, da Lei de Drogas, não se exige, na lei, que a atuação do policial disfarçado tenha sido previamente autorizada judicialmente.

c) O auxílio ao consumo de drogas, para efeitos de caracterização do delito tipificado no artigo 33, §2º, da Lei de Drogas, abrange, inclusive, a entrega direta da droga ao usuário.

d) O oferecimento de drogas para uso compartilhado (art.33, §3º, da Lei de Drogas) não demanda, para efeitos da subsunção típica, que o destinatário da droga seja pessoa de relacionamento do agente, bastando que a oferta seja gratuita.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o conhecimento sobre a Lei de Drogas (Lei n. 11.343/06).



A alternativa A está incorreta, pois o delito requer vítima específica: "§ 2º Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga: Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) dias-multa".

A alternativa B está correta. O dispositivo legal trata do policial disfarçado (*undercover agent*) e o dispositivo legal não está sujeito à prévia autorização judicial: "Art. 33. [...] § 1º Nas mesmas penas incorre quem: IV - vende ou entrega drogas ou matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, a agente policial disfarçado, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente".

A alternativa C está incorreta. A entrega de droga diretamente ao usuário pode configurar o crime de tráfico de drogas (art. 33, caput), pela incidência da conduta "entregar a consumo": "Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar".

A alternativa D está incorreta, exige-se relação entre aquele que oferece a droga com o destinatário desta oferta: "Art. 33. [...] § 3º Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, sem prejuízo das penas previstas no art. 28".

QUESTÃO 22. A respeito da teoria do domínio do fato, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Na coautoria verifica-se o denominado “domínio funcional”, em que há a divisão de tarefas entre os agentes, sem que haja necessidade de que todos executem diretamente todas as elementares do tipo.
- b) A realização pessoal e responsável de todos os elementos do tipo fundamenta a autoria imediata, por “domínio da ação”.
- c) O “domínio da vontade”, pelo erro, configura uma das hipóteses de autoria mediata.
- d) A teoria do domínio do fato se aplica aos crimes dolosos e culposos, indistintamente, o que decorre do “conceito unitário” de autor, ao qual a teoria se vincula.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o conhecimento sobre a teoria do domínio do fato.

A alternativa D está incorreta, pois a teoria do domínio do fato se aplica apenas aos crimes dolosos. Para esta teoria, o conceito de autor é mais amplo e abrange não só aqueles que realizam a conduta descrita no tipo como também os que têm controle pleno do desenrolar do fato criminoso, com poder de decidir sobre sua prática ou interrupção, bem como acerca das circunstâncias de sua execução. Por essa teoria, criada por Hans Welzel, o mandante e o mentor intelectual, por controlarem os comparsas, são também autores do crime, ainda que não realizem pessoalmente atos executórios.

As demais alternativas estão corretas.



QUESTÃO 23. Acerca dos crimes contra a pessoa, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O infanticídio admite modalidade culposa.
- b) A circunstância de o homicídio ser praticado por milícia configura uma qualificadora do crime.
- c) Se o crime de que trata o § 2º do artigo 122 do Código Penal for cometido contra menor de 14 (quatorze) anos ou contra quem não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência, responde o agente pelo crime de homicídio, nos termos do art. 121 do aludido Código.
- d) Para a configuração das lesões corporais de natureza grave, exige-se que a vítima permaneça incapaz para as ocupações habituais por mais de 60 dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o conhecimento sobre crimes contra a pessoa.

A alternativa A está incorreta, pois o crime de infanticídio não admite a modalidade culposa. Referido crime está previsto no art. 123, caput, CP, que dispõe: "Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após: Pena - detenção, de dois a seis anos".

A alternativa B está incorreta, pois a circunstância de o homicídio ser praticado por milícia não é hipótese que qualifica o crime, mas sim causa de aumento de pena, nos termos do §6º do art. 121 do CP: " Art. 121. Matar alguém: [...] § 6º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio".

A alternativa C está correta, pois de acordo com o §7º do art. 122 do CP: "Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou a praticar automutilação ou prestar-lhe auxílio material para que o faça: [...] § 7º Se o crime de que trata o § 2º deste artigo é cometido contra menor de 14 (quatorze) anos ou contra quem não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência, responde o agente pelo crime de homicídio, nos termos do art. 121 deste Código".

A alternativa D está incorreta, pois bastam 30 dias para a configuração do crime de lesão corporal grave: "Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: § 1º Se resulta: I - Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias".

QUESTÃO 24. Sobre as causas de justificação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O excesso doloso ou culposo se aplica a quaisquer das causas de justificação previstas no artigo 23 do CP, salvo ao estado de necessidade, em face da adoção da teoria unitária.
- b) É admissível o reconhecimento de legítima defesa contra agressão de agente em erro de tipo permissivo evitável.
- c) No estado de necessidade, embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida de 1/6 (um sexto) à metade.
- d) De acordo com a nova redação promovida pela Lei 13.964/2019, considera-se em estrito cumprimento do dever legal o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.



Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o conhecimento sobre causas de justificação (excludentes de ilicitude).

A alternativa A está incorreta. O excesso doloso ou culposo se aplica a qualquer causa de justificação, conforme parágrafo único do art. 23 do CP: " Não há crime quando o agente pratica o fato: I - em estado de necessidade; II - em legítima defesa; III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito. O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposo".

A alternativa B está correta. É possível o reconhecimento de legítima defesa contra pessoa que atua dirigido por uma discriminante putativa. O erro de tipo permissivo está previsto no artigo 20, §1º, CP, segundo o qual "é isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposo ". Imagine-se a seguinte situação: João vê Marcos, seu desafeto mortal, vindo em sua direção com um objeto em mão. Ao aproximar, João olha o objeto e o considera semelhante a uma arma de fogo. Para impedir que o mau lhe aconteça, João tenta desferir golpes de soco contra Marcos, o qual, para se defender, coloca o celular preto que tinha em mãos em um dos bolsos, e desfere dois golpes no rosto de João, que acaba por desmaiar. Neste caso, Marcos atua em legítima defesa contra a agressão de João, que estava impelido por discriminantes putativas.

A alternativa C está incorreta, pois, no caso, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços, conforme §2º do art. 24 do CP: "Embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços".

A alternativa D está incorreta, pois se trata de legítima defesa, nos termos do parágrafo único do art. 25 do CP: "Observados os requisitos previstos no caput deste artigo, considera-se também em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes".

QUESTÃO 25. Sobre a Lei de Abuso de Autoridade (Lei 13.869/19), assinale a alternativa CORRETA:

a) A Lei de Abuso de Autoridade, para fins de decretação da perda do cargo, mandato ou função, exige a reincidência específica em delito de abuso de autoridade, mas não se refere ao quantum da pena.

b) A perda do cargo, mandato ou função é um efeito automático da sentença condenatória, não dependendo de decretação expressa.

c) Como efeito da condenação, há previsão de inabilitação para cargo, mandato ou função pública, pelo prazo de 5 (cinco) a 10 (dez) anos.

d) Dentre as penas restritivas de direitos previstas na Lei de Abuso de Autoridade se encontram a suspensão do cargo, função ou mandato, pelo prazo de 03 (três) a 06 (seis) meses, sem a perda dos vencimentos, e a prestação de serviços à comunidade..

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda o conhecimento sobre Lei de Abuso de Autoridade (Lei 13.869/19).



A letra A está correta. Conforme parágrafo único do art. 4º da Lei de Abuso de Autoridade: "São efeitos da condenação: I - tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos por ele sofridos; II - a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos; III - a perda do cargo, do mandato ou da função pública. Parágrafo único. Os efeitos previstos nos incisos II e III do caput deste artigo são condicionados à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não são automáticos, devendo ser declarados motivadamente na sentença".

A alternativa B está incorreta, pois não é efeito automático da condenação, conforme artigo transcrito acima.

A alternativa C está incorreta. Há previsão de inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos, conforme artigo transcrito acima.

A alternativa D está incorreta. A suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, ocorrerá pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens, nos termos do art. 5º: "Art. 5º As penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade previstas nesta Lei são: I - prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas; II - suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens; III - (VETADO). Parágrafo único. As penas restritivas de direitos podem ser aplicadas autônoma ou cumulativamente".

QUESTÃO 26. Sobre o livramento condicional, é INCORRETO afirmar que:

a) O tempo em que o liberado esteve solto é considerado no cumprimento da pena, quando a revogação resulta de condenação por outro crime anterior ao benefício.

b) Não se concede o benefício para o condenado por crime comum que comete um segundo crime hediondo ou equiparado.

c) Admite-se a soma do tempo de penas correspondentes a infrações diversas para a concessão de novo livramento.

d) A revogação não será obrigatória se o liberado for irrecorivelmente condenado, por crime ou contravenção, a pena de multa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o conhecimento sobre livramento condicional.

A alternativa A está correta. Conforme dispõe o art. 88 do CP: "Revogado o livramento, não poderá ser novamente concedido, e, salvo quando a revogação resulta de condenação por outro crime anterior àquele benefício, não se desconta na pena o tempo em que esteve solto o condenado".

A alternativa B está incorreta, pois não há esse impedimento legal.

A alternativa C está correta, pois de acordo com o art. 84 do CP: "As penas que correspondem a infrações diversas devem somar-se para efeito do livramento".

A alternativa D está correta, pois de acordo com o art. 87 do CP: "O juiz poderá, também, revogar o livramento, se o liberado deixar de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença, ou for irrecorivelmente condenado, por crime ou contravenção, a pena que não seja privativa de liberdade".



QUESTÃO 27. Analise as assertivas que se seguem, assinalando a alternativa CORRETA:

I. Com exceção do crime de epidemia, as formas majoradas de crime de perigo comum, em caso de lesões corporais de natureza grave e de resultado morte, se aplicam a todos os crimes contra a saúde pública.

II. Anunciar cura por meio infalível configura o crime de curandeirismo.

III. Há previsão de modalidade culposa no crime de fornecimento de medicamento em desacordo com a receita médica.

IV. Não basta a ocorrência de uma única morte para que se verifique a causa de aumento com a pena aplicada em dobro no crime de epidemia.

a) Apenas os itens I e III são verdadeiros.

b) Apenas os itens II, III e IV são verdadeiros.

c) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.

d) Apenas os itens I e II são verdadeiros..

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda o conhecimento sobre crimes contra a saúde pública.

O item I está correta, pois está de acordo com o art. 285, CP: "Aplica-se o disposto no art. 258 aos crimes previstos neste Capítulo, salvo quanto ao definido no art. 267". O art. 258 do CP dispõe sobre as formas qualificadas de crime de perigo comum, nos seguintes termos: "Se do crime doloso de perigo comum resulta lesão corporal de natureza grave, a pena privativa de liberdade é aumentada de metade; se resulta morte, é aplicada em dobro. No caso de culpa, se do fato resulta lesão corporal, a pena aumenta-se de metade; se resulta morte, aplica-se a pena cominada ao homicídio culposo, aumentada de um terço". Já o mencionado art. 267 diz respeito ao crime de epidemia, o qual prevê pena em dobro no caso de morte: "Causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos: Pena - reclusão, de dez a quinze anos. § 1º - Se do fato resulta morte, a pena é aplicada em dobro. § 2º - No caso de culpa, a pena é de detenção, de um a dois anos, ou, se resulta morte, de dois a quatro anos".

O item II está incorreta, pois a conduta configura o crime de charlatanismo, previsto no art. 283 do CP: "Inculcar ou anunciar cura por meio secreto ou infalível: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa".

O item III está correta, conforme art. 280, parágrafo único, CP: "Fornecer substância medicinal em desacordo com receita médica: Pena - detenção, de um a três anos, ou multa. Parágrafo único - Se o crime é culposo: Pena - detenção, de dois meses a um ano".

O item IV está incorreta. Uma morte já é suficiente incidência da pena em dobro: "Art. 267 - Causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos: Pena - reclusão, de dez a quinze anos. § 1º - Se do fato resulta morte, a pena é aplicada em dobro".

QUESTÃO 28. Nos crimes contra a honra, é CORRETO afirmar:

a) Somente se admite o pedido de explicações nos crimes de calúnia e difamação.



b) A retratação é admitida na calúnia, na difamação e na injúria.

c) As excludentes especiais são admitidas na difamação e na injúria.

d) Nas excludentes especiais, quem dá publicidade aos fatos responderá pela ofensa em qualquer hipótese.

Comentários

A resposta correta é a **letra C**.

A questão aborda o conhecimento sobre crimes contra a honra.

A alternativa A está incorreta, pois também é cabível o pedido de explicações para o crime de injúria, nos termos do art. 144 do CP: "Se, de referências, alusões ou frases, se infere calúnia, difamação ou injúria, quem se julga ofendido pode pedir explicações em juízo. Aquele que se recusa a dá-las ou, a critério do juiz, não as dá satisfatórias, responde pela ofensa".

A alternativa B está incorreta, pois a retratação é admitida apenas para a calúnia e para a difamação, conforme art. 143 do CP: "O querelado que, antes da sentença, se retrata cabalmente da calúnia ou da difamação, fica isento de pena".

A alternativa C está correta. A teoria do garantismo integral não busca se contrapor às ideias de garantismo trazidas por Ferrajoli, mas sim acrescentar elementos a esta. O garantismo penal de Ferrajoli concebe o direito penal como um sistema de garantias dos direitos fundamentais do cidadão perante o arbítrio estatal e da sociedade. O garantismo integral expande essa ideia para abranger também os bens jurídicos protegidos pelo Direito Penal, tal qual o direito da vítima.

A alternativa D está incorreta, pois não é para qualquer hipótese, mas apenas para as estabelecidas nos inc. I e III do art. 142 do CP: "Não constituem injúria ou difamação punível: I - a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador; II - a opinião desfavorável da crítica literária, artística ou científica, salvo quando inequívoca a intenção de injuriar ou difamar; III - o conceito desfavorável emitido por funcionário público, em apreciação ou informação que preste no cumprimento de dever do ofício. Parágrafo único - Nos casos dos ns. I e III, responde pela injúria ou pela difamação quem lhe dá publicidade".

QUESTÃO 29. A respeito das características das escolas criminológicas clássicas e positivistas, é INCORRETO afirmar:

a) A metodologia da escola clássica é a lógico-abstrata e a da escola positivista é a empírica-experimental.

b) A escola clássica dá ênfase na prevenção geral e a positivista na prevenção especial negativa.

c) A escola clássica defende uma concepção orgânica de sociedade e a positivista uma concepção contratualista de sociedade.

d) A escola clássica dá ênfase na contenção do poder punitivo e a positivista na defesa social.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o conhecimento sobre escolas criminológicas.



A alternativa C está incorreta. A escola clássica, entre seus postulados, defende a pena como reparação do dano causado pela violação do contrato social. Percebe-se, assim, uma concepção contratualista da sociedade dessa escola. Já a concepção orgânica de sociedade é defendida pelos positivistas.

Demais alternativas estão corretas.

QUESTÃO 30. Sobre as disposições gerais nos crimes contra o patrimônio, é CORRETO afirmar:

- a) Fica isento de pena o cônjuge, ainda que dissolvida a sociedade conjugal.
- b) Procedese mediante representação se o crime é cometido em prejuízo de irmão, tio ou sobrinho.
- c) Em caso de concurso de pessoas as escusas absolutórias se estendem ao estranho que participa do crime.
- d) Procedese mediante ação penal pública incondicionada o crime de roubo simples praticado por filho em prejuízo da própria mãe.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o conhecimento sobre crimes contra o patrimônio.

A alternativa A está incorreta. A isenção ocorre apenas se o crime for praticado na constância do casamento: "É isento de pena quem comete qualquer dos crimes previstos neste título, em prejuízo: I - do cônjuge, na constância da sociedade conjugal".

A alternativa B está incorreta. Será exigida a representação para os crimes cometidos contra tio ou sobrinho no caso de coabitação: "Art. 182 - Somente se procede mediante representação, se o crime previsto neste título é cometido em prejuízo: [...] III - de tio ou sobrinho, com quem o agente coabita".

A alternativa C está incorreta. Não se estendem ao estranho que participa do crime: "Art. 183. Não se aplica o disposto nos dois artigos anteriores: [...] II - ao estranho que participa do crime".

A alternativa D está correta. Não se aplicam as escusas absolutórias estabelecidas no art. 181 do CP, nem mesmo se exige representação, quando se trata do crime de roubo. A propósito, o art. 183, inc. I, do CP dispõe: "Não se aplica o disposto nos dois artigos anteriores: I - se o crime é de roubo ou de extorsão, ou, em geral, quando haja emprego de grave ameaça ou violência à pessoa".

QUESTÃO 31. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Código de Processo Penal não exige que policiais, em momento de abordagem de suspeito e/ou busca pessoal voltada à constatação de estado de flagrante delito, cientifiquem o abordado quanto ao seu direito em permanecer em silêncio ("Aviso de Miranda"), uma vez que tal prática somente é exigida pela Lei nos interrogatórios policial e judicial.
- b) O Superior Tribunal de Justiça, acompanhando posicionamento consolidado no Supremo Tribunal Federal, firmou o entendimento de que eventual irregularidade na informação



acerca do direito de permanecer em silêncio é causa de nulidade relativa, cujo reconhecimento depende da comprovação do prejuízo.

c) A testemunha compromissada, enquanto ouvida formalmente nessa condição, não pode deixar de responder a pergunta da autoridade invocando a garantia contra a autoincriminação, embora suas declarações, neste caso, não tenham valor probatório de confissão.

d) É lícita e pode ser utilizada como prova pela acusação a confissão em entrevista concedida pelo indiciado a órgão de imprensa por ocasião de sua prisão em flagrante.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o conhecimento sobre nulidades no processo penal.

A Alternativa A está incorreta. A afirmação é verdadeira, pois o CPP não traz expressamente em seu texto legal a necessidade de policiais, em momento de abordagem de suspeito e/ou busca pessoal voltada à constatação de estado de flagrante delito, notificarem o abordado quanto ao seu direito de permanecer em silêncio. O dever de advertência do direito de não produzir provas contra si mesmo é explícito apenas para as fases do inquérito policial e do interrogatório do acusado, conforme consta, respectivamente, nos artigos 6º, V, e 186, ambos do CPP.

A Alternativa B está incorreta. A afirmação é verdadeira, pois a 5ª Turma do STJ, no julgamento do AgRg no AREsp 1.922.091/SP, firmou entendimento de que “eventual irregularidade na informação acerca do direito de permanecer em silêncio é causa de nulidade relativa, cujo reconhecimento depende da comprovação do prejuízo”.

A Alternativa C está correta. A afirmação é falsa, pois no julgamento do HC 330.559/SC, o STJ entendeu que: “qualquer pessoa, ao confrontar-se com o Estado em sua atividade persecutória, deve ter a proteção jurídica contra eventual tentativa de induzir-lhe a produção de prova favorável ao interesse punitivo estatal, especialmente se do silêncio puder decorrer responsabilização penal do próprio depoente”. Dessa feita, o princípio do *nemo tenetur se detegere* deve ser estendido de forma a abranger também as testemunhas, quando suas declarações puderem incriminá-las de qualquer forma.

A Alternativa D está incorreta. A afirmação é verdadeira, pois a 2ª Turma do STF, no julgamento do HC 99.558/ES, apontou que “o dever de advertir os presos e os acusados em geral de seu direito de permanecerem calados consubstancia-se em uma garantia processual penal que tem como destinatário precípua o Poder Público”, razão pela qual “não há que se arguir qualquer nulidade na relação estabelecida entre o paciente e o veículo de imprensa”. Dessa forma, é possível o uso como prova acusatória de uma entrevista concedida a órgão de imprensa pelo réu.

QUESTÃO 32. Considerando as relações entre as esferas criminal e cível e a ação civil *ex delicto*, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Aplicando a “teoria da norma ainda constitucional” ou da “inconstitucionalidade progressiva” na interpretação do art. 68, CPP, o Supremo Tribunal Federal admite, onde não haja Defensoria Pública instalada nos moldes previstos na Constituição de 1988, que o Ministério Público promova, a requerimento do titular à reparação do dano que for pobre, a ação civil *ex delicto*.



b) Proposta ação civil *ex delicto*, se o conhecimento do mérito depender de verificação da existência de fato delituoso, o juiz cível poderá determinar a suspensão do processo até que se pronuncie a justiça criminal, mesmo que ainda não proposta a ação penal.

c) Independente do fundamento, a promoção de arquivamento de inquérito policial não impede a propositura de ação civil *ex delicto*.

d) Faz coisa julgada no cível, determinando a improcedência de eventual ação civil *ex delicto*, a sentença penal definitiva que reconhece que o autor incorreu em erro inevitável sobre existência ou limites de legítima defesa (descriminante putativa).

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o conhecimento sobre ação civil *ex delicto*.

A Alternativa A está incorreta. A afirmação é verdadeira, pois STF decidiu que o artigo 68 do CPP, que concede legitimidade ao MP para ingressar com uma ação civil *ex delicto* a requerimento dos economicamente hipossuficientes, seria dotado de inconstitucionalidade progressiva, tendo validade apenas enquanto não houvesse a criação de defensoria pública na comarca ou no estado em que reside o necessitado.

A Alternativa B está incorreta. A afirmação é verdadeira, pois o CPC dispõe, em seu art. 315, que se o conhecimento do mérito depender de verificação da existência de fato delituoso, o juiz pode determinar a suspensão do processo até que se pronuncie a justiça criminal. Consoante o §1º do supramencionado artigo, essa suspensão poderá ocorrer ainda que a ação penal ainda não tenha sido proposta, muito embora, nessa hipótese, a ação penal deve ser proposta no prazo de 3 meses, a contar da intimação do ato de suspensão, sob pena de cessar o efeito suspensivo.

A Alternativa C está incorreta. A afirmação é verdadeira, pois o art. 67 do CPP dispõe que não impede a propositura da ação civil de reparação de danos, entre outras hipóteses, “o despacho de arquivamento do inquérito ou das peças de informação”.

A Alternativa D está correta. A afirmação é falsa, pois embora art. 65 do CPP disponha que: “Faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.” O artigo 66 do mesmo diploma estabelece que: “Não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato.” Portanto, embora faça coisa julgada no âmbito cível, à luz do artigo 65 do CPP, não restará determinando a improcedência de eventual ação civil *ex delicto*.

QUESTÃO 33. Assinale a alternativa CORRETA:

a) O sequestro previsto como medida assecuratória no Código de Processo Penal fundamenta-se no interesse estatal e deve recair necessariamente sobre bens imóveis determinados.

b) Na previsão do Código de Processo Penal, o Ministério Público tem legitimidade para requerer a especialização da hipoteca legal.

c) As medidas assecuratórias previstas na legislação processual penal não podem ser usadas para garantir valores a serem perdidos no confisco por equivalência.

d) O veículo apreendido em transporte de droga ilícita poderá ser utilizado, mediante autorização judicial, pelos órgãos de segurança pública, salvo se provada sua origem lícita.



Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o conhecimento sobre medidas assecuratórias.

A alternativa A está incorreta. A medida assecuratória do sequestro poderá recair tanto sobre bens imóveis (art. 125 do CPP), quanto sobre bens móveis (art. 132 do CPP), desde que tenham sido adquiridos com o produto do crime.

A alternativa B está correta. O art. 142 do CPP dispõe que caberá ao Ministério Público promover a especialização da hipoteca legal, se houver interesse da Fazenda Pública ou se o ofendido for pobre e o requerer.

A alternativa C está incorreta. Com o advento da lei n. 12.694/2012, incluiu-se no CPP a possibilidade da medida assecuratória do sequestro recair sobre o patrimônio lícito do agente, caso o produto do crime não for encontrado ou se ele se localizar no exterior, no que se denominou de confisco por equivalência.

A alternativa D está incorreta. O art. 60, § 6º da lei n. 11.343/2006, dispõe que ainda que provada sua origem lícita, o veículo apreendido em transporte de drogas ilícitas não será liberado. Comprovado o interesse público na utilização dos veículos apreendidos, os órgãos de polícia judiciária, militar e rodoviária poderão deles fazer uso, mediante autorização judicial, conforme o art. 62 da mencionada Lei.

QUESTÃO 34. Considere o caso e as assertivas numeradas abaixo para, à luz do Código de Processo Penal e da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinalar a alternativa CORRETA:

O sargento James Buchanan Barnes foi levado a julgamento em sessão plenária do Tribunal do Júri da Comarca de Camanducaia/MG, pronunciado por crimes de homicídio qualificado por motivo torpe, emprego de explosivo e recurso que impossibilitou a defesa da vítima (art. 121, p. 2, I, III e IV, CP) e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (art. 16, Lei 10.826/03).

Em relação ao crime de homicídio qualificado, o Ministério Público sustentou integralmente a acusação; a Defesa, por sua vez, pediu a absolvição, sustentando que o réu agiu sob o pálio da excludente de ilicitude do estrito cumprimento do dever legal; e, subsidiariamente, a desclassificação para o crime de explosão com resultado morte (art. 251, c/c art. 258, ambos do a Código Penal) por ausência de dolo homicida.

Em relação ao crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, o Ministério Público requereu a desclassificação para o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e a Defesa manifestou-se de acordo com a pretensão desclassificatória ministerial.

I. Sustentando a defesa tese subsidiária de desclassificação para crime de competência do juiz singular, deve o respectivo quesito ser formulado após os referentes à materialidade do fato, à autoria e ao obrigatório “o jurado absolve o acusado”.

II. Se houver desclassificação imprópria na votação da primeira série de quesitos (referente ao homicídio doloso), a segunda série, referente ao crime conexo de porte de arma, deverá ser votada pelo Conselho de Sentença.

III. Não havendo tese absolutória em relação ao crime conexo, o quesito “o jurado absolve o acusado” não deve ser formulado na segunda série de quesitos, porquanto obrigatório apenas em relação aos crimes dolosos contra a vida.



- a) Apenas o item I é verdadeiro.
- b) Apenas o item II é verdadeiro.
- c) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- d) Apenas os itens II e III são verdadeiros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda o conhecimento sobre Tribunal do Júri.

O item I está correto. O art. 483, §4º, do CPP dispõe que sustentada a desclassificação da infração para outra de competência do juiz singular, será formulado quesito a respeito, para ser respondido após o 2º ou 3º quesito, conforme o caso.

Neste sentido, a defesa, no caso apresentado, sustentou, como tese principal, absolvição do acusado e, de forma subsidiária, a desclassificação, deve-se dar preponderância a tese principal, garantindo que o Tribunal do Júri possa analisar o quesito absolutório. Neste sentido, o STJ já afirmou: "1. Estando a defesa assentada em tese principal absolutória (legítima defesa) e tese subsidiária desclassificatória (ausência de animus necandi), e havendo a norma processual permitido a formulação do quesito sobre a desclassificação antes ou depois do quesito genérico da absolvição, a tese principal deve ser questionada antes da tese subsidiária, pena de causar enorme prejuízo para a defesa e evidente violação ao princípio da amplitude da defesa. (REsp 1509504/SP)

O item II está incorreto. A desclassificação do crime pelos jurados transfere ao juiz-presidente a capacidade decisória, não somente no que tange ao crime principal, mas também a eventuais crimes conexos existentes (art. 492, §1º, do CPP).

O item III está incorreto. A jurisprudência é pacífica ao afirmar que, havendo absolvição do acusado com base no quesito genérico (art. 483, III, do CPP), os jurados serão competentes para analisar os crimes conexos: "Se os jurados votarem pela absolvição do acusado do crime doloso contra a vida, afere-se que reconheceram sua competência para o julgamento do feito, logo, ao Conselho de sentença também caberá o julgamento da infração conexa (HC 293.895/RS)". Portanto, as mesmas regras estabelecidas para o julgamento do crime doloso contra a vida são aplicáveis na quesitação do crime conexo, dentre elas, a obrigatoriedade de se realizar o quesito absolutório genérico ainda que não tenha sido levantada tese defensiva neste sentido, à luz do RHC 117.076, julgado pelo STF, "Em razão da superveniência da Lei nº 11.689/2008 – que, ao alterar o Código de Processo Penal no ponto concernente à elaboração do questionário, neste introduziu o quesito genérico da absolvição (art. 483, III) –, os jurados passaram a gozar de ampla e irrestrita autonomia na formulação de juízos absolutórios, não se achando adstritos nem vinculados, em seu processo decisório, seja às teses suscitadas em plenário pela defesa, seja a quaisquer outros fundamentos de índole estritamente jurídica"

QUESTÃO 35. Sobre a colaboração premiada, prevista na Lei 12.850/2013, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Extrai-se da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que o foro por prerrogativa de função de terceiro delatado determina a competência funcional para homologar o acordo de colaboração premiada, mas não modifica a competência para processar e julgar eventual ação penal movida exclusivamente contra o colaborador por crime não conexo àquele imputado à mencionada autoridade.



b) O requisito de validade do acordo é a liberdade psíquica do agente e não a sua liberdade de locomoção, de modo que, verificada a voluntariedade na celebração, é possível a homologação do acordo envolvendo colaborador que esteja preso preventivamente.

c) O depoimento do colaborador, quando colhido após o recebimento da proposta para formalização de acordo, será mantido em sigilo até o recebimento da denúncia ou da queixa-crime, sendo vedado ao magistrado decidir por dar-lhe publicidade em momento anterior.

d) Há permissão legal para a pactuação de sanções premiais, incluindo cláusulas que definam regime inicial de cumprimento de pena, independentemente do quantum aplicado em sentença condenatória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o conhecimento sobre Colaboração Premiada.

A alternativa A está incorreta. A afirmação é verdadeira, pois conforme decidido pelo STF, no julgamento do HC 151.605, quanto à prerrogativa de função, será competente para homologação do acordo de colaboração premiada o Juízo mais graduado, observadas as prerrogativas de função do delator e dos delatados. Contudo, a competência não sofrerá modificação no que toca à ação penal movida exclusivamente contra o colaborador por crime não conexo àquele imputado à mencionada autoridade.

A alternativa B está incorreta. A afirmação é verdadeira, pois conforme decisão do STF, no julgamento do HC 127.483/PR, o requisito de validade do acordo é a liberdade psíquica do agente e não a sua liberdade de locomoção. Portanto, não há nenhum óbice a que o acordo seja firmado com imputado que esteja custodiado, provisória ou definitivamente, desde que presente a voluntariedade da colaboração.

A alternativa C está incorreta. A afirmação é verdadeira, pois o recebimento da proposta para formalização de acordo de colaboração demarca o início das negociações e constitui também marco de confidencialidade, configurando violação de sigilo e quebra da confiança e da boa-fé a divulgação de tais tratativas iniciais ou de documento que as formalize, até o levantamento do sigilo por decisão judicial, que só poderá ocorrer após o recebimento da denúncia ou da queixa. O art. 6º, §3º da lei n. 12.850/2013, dispõe que é vedado ao magistrado decidir, em qualquer hipótese, pelo levantamento do sigilo em momento anterior ao recebimento da denúncia ou queixa.

A alternativa está correta. A afirmação é falsa, pois o art. 4º, §7º, II, da lei nº 12.850/2013, dispõe que serão consideradas nulas as cláusulas do acordo de colaboração premiada que violarem o critério de definição do regime inicial de cumprimento de pena constante do art. 33, do CP, bem como as regras de cada um dos regimes previstos no CP e na Lei de Execução Penal.

QUESTÃO 36. Analise as seguintes assertivas, relativas ao rito aplicável aos crimes dolosos contra a vida e assinale a alternativa CORRETA:

I. A absolvição sumária, na fase da pronúncia, é admitida, com base na inimputabilidade, apenas quando esta seja a tese única ou a principal.

II. Não sendo localizado o acusado solto para a sua intimação da sentença de pronúncia, atualmente se admite – diferentemente do que originalmente previa o Código de Processo Penal, em relação aos crimes inafiançáveis – sua intimação por edital.



III. Havendo na sessão de julgamento pluralidade de réus e recusas, e impondo a insuficiência do número de jurados aceitos a separação dos processos, o critério de precedência no julgamento, segundo o Código de Processo Penal, será achar-se o acusado preso.

IV. No plenário do júri, o assistente falará depois do Ministério Público; se, porém, tiver sido a ação proposta pelo querelante, falará o Ministério Público depois dele, salvo quando tenha seu representante retomado a ação como parte principal.

a) Apenas o item IV é verdadeiro.

b) Os itens I, II, III e IV são verdadeiros.

c) Apenas os itens II, III e IV são verdadeiros.

d) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o conhecimento sobre o Tribunal do Júri, estando corretos os itens II e IV.

O item I está incorreto, pois contraria disposição expressa do artigo 415, parágrafo único, do CPP, que dispõe: “Art. 415. O juiz, fundamentadamente, absolverá desde logo o acusado, quando: IV- demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão do crime.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no inciso IV do caput deste artigo ao caso de inimizabilidade prevista no caput do art. 26 do Código Penal, salvo quando esta for a única tese defensiva”.

Ou seja, a inimizabilidade deve ser a única tese defensiva, não bastando que seja a tese principal.

O item II está correto. A antiga redação dos artigos 413, *caput*, do CPP previa que “O processo não prosseguirá até que o réu seja intimado da sentença de pronúncia.”, o que gerava a chamada “crise de instância”, visto que o processo não continuaria até que o réu fosse encontrado.

Todavia, a Lei nº 11.689/2008 alterou a sistemática do júri, permitindo que o réu solto não encontrado seja citado por edital, à luz do artigo 420, parágrafo único, do CPP: “Será intimado por edital o acusado solto que não for encontrado.”

O item III está incorreto. O Código de Processo Penal estabelece, como primeiro critério para definir a precedência no julgamento, a atribuição da autoria do fato, conforme esclarece o artigo 469, §2º, do CPP: “Determinada a separação dos julgamentos, será julgado em primeiro lugar o acusado a quem foi atribuída a autoria do fato ou, em caso de co-autoria, aplicar-se-á o critério de preferência disposto no art. 429 deste Código.”. Sendo assim, apenas em caso de co-autoria, aquele que está preso terá preferência, conforme a ordem trazida no artigo 429 do CPP: art. 429. Salvo motivo relevante que autorize alteração na ordem dos julgamentos, terão preferência: I – os acusados presos; II – dentre os acusados presos, aqueles que estiverem há mais tempo na prisão; III – em igualdade de condições, os precedentemente pronunciados.

O item IV está correto. O artigo 476, §1º e §2º, do CPP estabelecem que: “§1º O assistente falará depois do Ministério Público.

§ 2º Tratando-se de ação penal de iniciativa privada, falará em primeiro lugar o querelante e, em seguida, o Ministério Público, salvo se este houver retomado a titularidade da ação, na forma do art. 29 deste Código.”



QUESTÃO 37. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Acha-se pacificado nos tribunais superiores o entendimento de que as formalidades previstas para o reconhecimento de pessoas e coisas tem natureza compulsória, delas dependendo a sua validade.
- b) Não se considera nula a prova produzida no curso da apuração preliminar, se seu vício consiste em ter sido a sua produção determinada por juiz aparentemente competente.
- c) Por estabelecer o Código de Processo Penal o prazo de três dias antes do julgamento para a juntada de documento ou objeto que se pretenda ler ou exhibir ao conselho de sentença, é irrelevante, no entendimento uniforme da doutrina e jurisprudência, que a parte contrária tenha sido disso intimada em prazo inferior.
- d) Por não tê-la o Código de Processo Penal previsto, em nenhuma hipótese admite o direito brasileiro a inquirição por videoconferência de pessoa que se ache no estrangeiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o conhecimento sobre provas e nulidade.

A letra A está incorreta. Embora haja decisões recentes do STJ e do STF estabelecendo que o procedimento de reconhecimento de pessoas, estabelecido no artigo 226 do CPP, deva ser observado, pois enuncia regras peremptórias de procedimento e não mera recomendação, ainda há decisões em sentido contrário, de modo que o tema não está pacificado. Neste sentido, colaciona-se duas decisões conflitantes da 1ª e da 2ª Turma do STF:

"3. O entendimento desta Corte é no sentido de que 'o art. 226 do Código de Processo Penal não exige, mas recomenda a colocação de outras pessoas junto ao acusado, devendo tal procedimento ser observado sempre que possível' (RHC 125.026-AgR)." HC 227629 AgR/SP, Relator: Ministro ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, data de julgamento: 26/6/2023, publicado em 28/6/2023."

"1. O reconhecimento de pessoas, presencial ou por fotografia, deve observar o procedimento previsto no art. 226 do Código de Processo Penal, cujas formalidades constituem garantia mínima para quem se encontra na condição de suspeito da prática de um crime e para uma verificação dos fatos mais justa e precisa. 2. A inobservância do procedimento descrito na referida norma processual torna inválido o reconhecimento da pessoa suspeita. RHC 206846/SP, Relator: Ministro GILMAR MENDES, Segunda Turma, data de julgamento: 22/2/2022, publicado em 25/5/2022."

A alternativa B está correta. A jurisprudência dos Tribunais Superiores é pacífica na aplicação da teoria do juízo aparente, como forma de validar a produção probatória, neste sentido, decidiu o STJ no RHC 156.413: "2. Não obstante o reconhecimento da incompetência do Juízo estadual, os atos processuais devem ser avaliados pelo Juízo competente, para que decida se valida ou não aqueles atos até então praticados. Aplicação da Teoria do Juízo Aparente." Sendo assim, autoriza-se que provas colhidas ou autorizadas por juízo aparentemente competente à época da autorização ou produção sejam ratificadas *a posteriori*, ante a aplicação no processo investigativo da teoria do juízo aparente.

A alternativa C está incorreta. Atualmente, a jurisprudência e parte relevante da doutrina entendem que o prazo regressivo de três dias úteis se aplica não só para a juntada da documentação ou objeto a ser lido ou exibido, como também se exige que a intimação se dê com esta mesma antecedência, neste sentido: "1. Nos termos do artigo 479 do Código de Processo Penal, durante o julgamento no tribunal do júri, só será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que tenha sido juntado aos autos com a antecedência mínima de 3 dias úteis, prazo no qual deve ocorrer



a ciência da parte contrária (...)" (AgRg no HC 602.291/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUINTA TURMA, julgado em 01/12/2020, DJe 07/12/2020)." " 1.'O artigo 479 do Código de Processo Penal determina que, durante o julgamento, só será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que tenham sido juntados aos autos com a antecedência mínima de 3 dias úteis e com a ciência da outra parte. Este prazo de 3 dias úteis se refere também à ciência da outra parte, ou seja, tanto a juntada aos autos do documento ou objeto a ser exibido quando do julgamento, bem como a ciência desta juntada à parte contrária, devem ocorrer no prazo de 3 dias úteis previsto no artigo 479 do Código de Processo Penal'. (AgRg no REsp 1828768/MS, relator ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/06/2020, DJe 25/6/2020)."

A alternativa D está incorreta. A inquirição por videoconferência é autorizada de forma expressa no CPP, neste sentido é possível citar o artigo 217, *caput*: "Se o juiz verificar que a presença do réu poderá causar humilhação, temor, ou sério constrangimento à testemunha ou ao ofendido, de modo que prejudique a verdade do depoimento, fará a inquirição por videoconferência e, somente na impossibilidade dessa forma, determinará a retirada do réu, prosseguindo na inquirição, com a presença do seu defensor." E o artigo 222, § 3º: Na hipótese prevista no caput deste artigo, a oitiva de testemunha poderá ser realizada por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, permitida a presença do defensor e podendo ser realizada, inclusive, durante a realização da audiência de instrução e julgamento."

QUESTÃO 38. Assinale a alternativa CORRETA:

a) Nos termos do que dispõe o CPP, não se admite o desaforamento do julgamento pelo júri na pendência de recurso contra a decisão de pronúncia, nem tampouco, como regra, após a realização do julgamento.

b) O desaforamento fundado na demora no julgamento poderá ocorrer após seis meses desde o trânsito em julgado da sentença de pronúncia, sendo irrelevante, para o cômputo desse prazo, que a responsabilidade pelo atraso deva ser atribuída ao juízo, à acusação ou à defesa.

c) O desaforamento, se admitido, deve dar-se para comarca próxima, em nenhuma hipótese se admitindo, no âmbito da competência da justiça estadual ou federal, que se dê para outro Estado da Federação.

d) Deferido, independentemente do motivo que o haja determinado, o desaforamento, sob nenhuma circunstância se vem admitindo na jurisprudência, dada a ausência de expressa previsão legal, o reaforamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda o conhecimento sobre o desaforamento no Tribunal do Júri.

A alternativa A está correta. Conforme preleciona o artigo 427, §4º, do CPP: "Na pendência de recurso contra a decisão de pronúncia ou quando efetivado o julgamento, não se admitirá o pedido de desaforamento, salvo, nesta última hipótese, quanto a fato ocorrido durante ou após a realização de julgamento anulado."

A alternativa B está incorreta. Conforme o artigo 428, §1º, do CPP, na contagem do prazo de seis meses "não se computará o tempo de adiamentos, diligências ou incidentes de interesse da defesa".



A alternativa C está incorreta. É possível o desaforamento interestadual no âmbito da justiça federal. Ou seja, nestes casos, um fato praticado no estado A poderá ser julgado no estado B, desde que estes façam parte do mesmo Tribunal Regional Federal. Como exemplo, é possível citar os casos Hildebrando Paschoal (crimes ocorridos em Rio Branco e julgamento em Brasília), e o homicídio de indígenas no Mato Grosso do Sul, em que o julgamento se deu em Presidente Prudente (SP). [1]

A alternativa D está incorreta. O reafortamento consiste no retorno do julgamento à comarca de origem, em razão da cessação dos motivos que determinaram a deslocação da competência, seria, assim, um segundo desaforamento. Tal instituto carece de previsão expressa no CPP, e, embora seja vedado por alguns Regimentos Internos de Tribunais Estaduais o vedem, como ocorre no TJDF (art. 212, §1^a), e seja rejeitado pela doutrina majoritária, já foi admitido pelo STF: “é curial que a decisão concessiva de desaforamento não é imutável. Se no novo foro há, também, motivos que autorizam o desaforamento, outro há de ser eleito, nada impedindo, inclusive, o reafortamento”. (STF- rel. Néri da Silveira –RT 591/390).”

QUESTÃO 39. Assinale a alternativa CORRETA:

a) A decisão absolutória sumária, nos diferentes ritos procedimentais e qualquer que seja seu fundamento, enseja o recurso de apelação.

b) Ante rejeição de denúncia ou queixa ofertada, o recurso cabível, qualquer que seja o rito procedimental, é o recurso em sentido estrito.

c) Tratando-se de ação penal privada subsidiária da pública, ao Ministério Público se permite apelar, seja condenatória ou absolutória a sentença, cabendo-lhe, se a apelação for interposta pelo querelante, arrazoar após ele.

d) Anulada em recurso da defesa a sentença, a pena nela fixada será o limite máximo a ser respeitado na decisão válida que a suceder, inclusive em relação ao regime prisional, mas não para aferição de eventual prescrição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda o conhecimento sobre Recursos Criminais.

A alternativa A está incorreta. O CPP traz, no artigo 397, hipóteses em que o juiz poderá absolver o réu de forma sumária, sendo estas: “I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato; II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade; III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou IV - extinta a punibilidade do agente.”. Considerando o artigo 593, inciso I, do CPP é cabível apelação “das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular”, todavia, se a decisão que absolve sumariamente tem por base a extinção da punibilidade (Art. 397, inciso IV, do CPP) deve-se manejar o recurso em sentido estrito, conforme o art. 581, inciso VIII, do CPP. No caso da absolvição sumária em sede do Tribunal do Júri, à luz do artigo 416 do CPP, também caberá apelação: “Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá apelação”.

A alternativa B está incorreta. Embora o artigo 581, I, do CPP estabeleça que caberá Recurso em Sentido Estrito da decisão que não receber a denúncia ou a queixa, o qual se aplica aos procedimentos Comum e Sumário, o Art. 82, da Lei 9.099/95, determina que: “Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação”.

A Alternativa C está correta. O artigo 29 do CPP traz os poderes do Ministério Público no decorrer da ação penal privada subsidiária da pública, dentre os quais está a possibilidade de recorrer, o



que abrange o inconformismo do *parquet* tanto contra a absolvição como da condenação, como *custos legis*: “Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.” Quanto ao momento para arrazoar o recurso de apelação, deve-se analisar o artigo 600, §2º, do CPP, que dispõe: “Se a ação penal for movida pela parte ofendida, o Ministério Público terá vista dos autos, no prazo do parágrafo anterior.” O parágrafo anterior, citado pelo dispositivo, ao seu turno, dispõe: “Se houver assistente, este arrazoará, no prazo de três dias, após o Ministério Público.” Ou seja, o Ministério Público tem acesso aos autos após a atuação do ofendido.

A alternativa D está incorreta. Conforme o 617 do CPP, é vedado o agravamento da pena do condenado quando somente o réu houver apelado da sentença. Tal dispositivo abarca a proibição da *reformatio in pejus*. Neste sentido, a jurisprudência reconhece que também se veda a *reformatio in pejus* de forma indireta, ou seja, quando a defesa tem atendido seu pleito recursal, anulando a sentença condenatória, havendo determinação para proferimento de outra decisão na instância anterior, a nova decisão não poderá agravar a situação inicial do réu, ou seja, a primeira sentença gere um efeito prodrômico em relação à segunda, visto que, no segundo julgamento, o órgão julgador tem como patamar máximo a pena imposta na primeira sentença. Neste sentido, a jurisprudência entende que a prescrição deverá considerar como pena máxima em abstrato a aplicada na primeira condenação e não a pena abstrata do delito: “Anulação dessa condenação em sede de habeas corpus. Impossibilidade de o writ agravar a situação jurídica da paciente. Precedente. Vedação da *reformatio in pejus* indireta. Prescrição que passa a ser regulada pela pena concretamente aplicada, uma vez que não mais poderá ser majorada. Ordem concedida.” (HC 126869, STF).

QUESTÃO 40. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Por não figurar expressamente entre os legitimados para a propositura da revisão criminal, que tem caráter excepcional, não se vem admitindo, na doutrina, que o Ministério Público a promova.**
- b) Na ação de revisão criminal, não há óbice, imposto pelo Código de Processo Penal, a que tome parte do julgamento desembargador ou ministro que tenha originalmente julgado a causa, desde que não atue, naquela, como relator.**
- c) Tal qual sucede no habeas corpus, expressamente prevê o Código de Processo Penal que, em caso de empate no julgamento da ação de revisão criminal, deve prevalecer a decisão mais favorável ao réu.**
- d) Uma vez julgada procedente a ação de revisão criminal e absolvido o réu, devem ser restabelecidos todos os direitos perdidos com a condenação, sendo vedada expressamente, contudo, a imposição de medida de segurança.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o conhecimento sobre a Revisão Criminal.

A alternativa A está incorreta. Embora haja divergência doutrinária sobre o tema, é inegável que importantes autores, como Pacelli (*in Curso de processo penal*. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2018), defendem a possibilidade do Ministério Público, sempre em favor do Réu, ajuizar a revisão criminal,



pois, embora o CPP não traga a legitimidade ministerial de forma expressa, no artigo 623, o mesmo Código admite a impetração de *habeas corpus* pelo *Parquet* (art. 654 do CPP), bem como a possibilidade de recorrer em favor do réu, em clara atuação como *custos legis*.

A alternativa B está correta. Conforme estabelece o artigo 625 do CPP: “O requerimento será distribuído a um relator e a um revisor, devendo funcionar como relator um desembargador que não tenha pronunciado decisão em qualquer fase do processo.”. Sendo assim, não há vedação legal pelo CPP que um desembargador que tenha atuado no processo originário também atue na revisão criminal. Da mesma forma, a 3ª Seção do STJ definiu que: “Não há impedimento ou suspeição de integrantes de Colegiado do STJ que apreciaram recurso especial e, posteriormente, venham participar do julgamento de outro apelo raro oriundo de revisão criminal ajuizada na origem.(AgRg na ExSusp 209-DF, veiculado no Info 678).

A Alternativa C está incorreta. O CPP não traz regra expressa sobre a decisão em favor do réu no caso de empate no julgamento da revisão criminal. A jurisprudência (HC 274.989-BA, julgado no STJ) todavia, aplica, de forma analógica o artigo 615, §1º, ao rito da revisão criminal, o qual dispõe: “Havendo empate de votos no julgamento de recursos, se o presidente do tribunal, câmara ou turma, não tiver tomado parte na votação, proferirá o voto de desempate; no caso contrário, prevalecerá a decisão mais favorável ao réu.”.

A Alternativa D está incorreta. O artigo 627 do CPP admite a imposição de medida de segurança: “A absolvição implicará o restabelecimento de todos os direitos perdidos em virtude da condenação, devendo o tribunal, se for caso, impor a medida de segurança cabível.”

QUESTÃO 41. Ana Maria é proprietária de uma área urbana em que está construindo um prédio comercial para locação, na cidade de Campinas/SP. Rodolfo é um renomado empresário da região, que busca expandir seus negócios para Campinas. Ao tomar conhecimento da existência do imóvel a ser construído por Ana Maria, Rodolfo inicia tratativas para que possa locá-lo quando as obras forem concluídas. Durante as negociações, as partes pactuam valores de locação, forma de pagamento, índice de correção, assim como as características específicas do imóvel, o que demandará gastos até então não previstos por Ana Maria. Considerando que a obra se encontra no início e demorará alguns meses para finalização, as partes procuraram o advogado Sebastião Reis, que sugeriu a celebração de um contrato preliminar. Para tanto, deverão ser observadas algumas condições que foram expostas às partes.

Acerca dos contratos preliminares, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O contrato preliminar representa um contrato autônomo com relação ao contrato futuramente estabelecido entre as partes, o qual será chamado de contrato definitivo, mas não poderão ser confundidos por possuir cláusulas e condições distintas.
- b) O contrato preliminar poderá ser rescindido, a qualquer tempo, mesmo que no instrumento não conste cláusula expressa de arrependimento.
- c) Não se faz necessário levar o contrato preliminar a registro.
- d) Não se faz necessário que o contrato preliminar contenha os mesmos requisitos essenciais que o contrato definitivo a ser celebrado, podendo ser independente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda o conhecimento sobre o Contrato Preliminar.



A alternativa A está correta. Segundo Nelson Rosendal e Felipe Braga Netto (Código Civil Comentado, 2021): “Nesse contexto, firmam um contrato preliminar que constitui uma convenção de prestação de fato, pois ficam vinculadas à obrigação de prestar um fato, qual seja, a realização do contrato definitivo. Ambos os contratos têm fisionomias distintas e diversos efeitos jurídicos.”

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 473 do CC, a rescisão unilateral se verifica nos casos em que a lei expressa ou implicitamente o permita. Assim, a possibilidade do contratante, a qualquer tempo, resiliir unilateralmente o contrato preliminar demanda que a cláusula de arrendimento seja expressa no contrato preliminar, conforme art. 463 do CC.

A alternativa C está incorreta, pois o contrato preliminar deverá ser levado ao registro competente, segundo dispõe o parágrafo único do art. 463 do CC.

A alternativa D está incorreta, pois o art. 462 do CC exige que, exceto a forma, todos os requisitos essenciais do contrato definitivo estejam presentes no contrato preliminar.

QUESTÃO 42. O Código Civil dispõe que serão registrados em registro público, EXCETO:

- a) Os nascimentos.
- b) A sentença que decreta o divórcio.
- c) A interdição por incapacidade absoluta ou relativa.
- d) Os casamentos e óbitos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o conhecimento sobre Personalidade e Capacidade das Pessoas Naturais.

A alternativa B está correta, pois a sentença que decreta o divórcio não será registrada. Trata-se de hipótese de averbação, conforme dispõe o art. 10, inciso I, do CC: “Far-se-á averbação em registro público: I - das sentenças que decretarem a nulidade ou anulação do casamento, o divórcio, a separação judicial e o restabelecimento da sociedade conjugal.”

As alternativas A, C e D estão incorretas, pois trazem hipóteses que serão registradas em registro público, conforme art. 9º, incisos I e III, do CC: “Serão registrados em registro público: I - os nascimentos, casamentos e óbitos; III - a interdição por incapacidade absoluta ou relativa.”

QUESTÃO 43. As pessoas jurídicas de direito privado estão dispostas no Código Civil e são assim denominadas, pois suas relações e interesses são particulares, não tendo o Estado interesse direto na sua relação político-econômica. Com base nessa premissa, são pessoas jurídicas de direito privado, EXCETO:

- a) As fundações.
- b) As sociedades.
- c) As organizações religiosas.
- d) As associações, inclusive as públicas.

Comentários



A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o conhecimento sobre as disposições gerais das Pessoas Jurídicas.

A alternativa D está correta, pois as associações públicas têm natureza jurídica de direito público, conforme previsão específica constante do art. 41, inciso IV, do CC: “São pessoas jurídicas de direito público interno: IV - as autarquias, inclusive as associações públicas.”

As alternativas A, B e C estão incorretas, pois trazem exemplos de pessoas jurídicas de direito privado, nos termos do art. 44 do CC: “São pessoas jurídicas de direito privado: II - as sociedades; III - as fundações. IV - as organizações religiosas.”

QUESTÃO 44. Sobre as obrigações propter rem, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O que torna uma pessoa devedora de uma obrigação propter rem é a circunstância de titularidade, de sorte que aquele que figurou como proprietário anteriormente se livra da obrigação ao alienar o bem imóvel, se em nada dispuser o instrumento celebrado.

b) O adquirente de unidade responde pelos débitos do alienante, em relação ao condomínio, inclusive multas e juros moratórios.

c) Os débitos decorrentes do fornecimento de energia elétrica, água e esgoto constituem obrigação propter rem, visto estarem vinculadas ao imóvel.

d) A obrigação propter rem grava o próprio bem, de modo que este pode ser penhorado, já que a natureza da dívida recai sobre o imóvel e não sobre o indivíduo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o conhecimento sobre as obrigações propter rem no âmbito do Direito das Obrigações.

A obrigação de pagar o débito referente ao serviço de fornecimento de energia elétrica, água e coleta de esgoto se reveste de natureza pessoal e não propter rem, portanto, não se vincula à titularidade do imóvel, conforme entendimento do STJ.

Além disso, de acordo com a jurisprudência do STJ (Jurisprudência em Teses – Edição nº 13): “É ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais por débitos de usuário anterior, em razão da natureza pessoal da dívida.”

Segue a ementa do AgRg no AREsp n. 79.746/MG, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, julgado em 10/6/2014, DJe de 25/6/2014, que trata da natureza pessoal dos débitos de energia elétrica e água.

“ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE ENERGIA. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DE VÍCIO. FRAUDE NO MEDIDOR. AÇÃO DE COBRANÇA AJUIZADA PELA CONCESSIONÁRIA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. OBRIGAÇÃO PESSOAL. PRECEDENTES. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Não se configura a alegada ofensa ao art. 535 do CPC, porquanto o Tribunal de origem, mesmo sem ter examinado individualmente cada um dos argumentos apresentados pela vencida, adotou fundamentação suficiente para decidir de modo integral a questão controvertida. 2. O entendimento firmado por este Superior Tribunal é no sentido de que o débito, tanto de energia elétrica como de água, é de natureza pessoal, não se caracterizando como obrigação de natureza propter rem. 3. Para afastar o entendimento firmado



pelas instâncias ordinárias, no sentido da ilegitimidade passiva do réu, uma vez que não foi provado nos autos a autoria da adulteração do medidor de energia, bem como o beneficiado de tal fraude, necessário seria o revolvimento do conjunto fático probatório contido nos autos, o que é vedado a esta Corte Superior pelo óbice contido no verbete sumular 7/STJ. 4. Agravo regimental não provido.”

Além disso, segue ementa do julgado do STJ concernente à natureza pessoal do débito referente ao serviço de coleta de esgoto: “ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO. AÇÃO DE COBRANÇA. DÉBITO DE TERCEIRO. OBRIGAÇÃO DE NATUREZA PESSOAL. RESPONSABILIDADE DO CONSUMIDOR QUE EFETIVAMENTE SE UTILIZOU DO SERVIÇO. 1. De acordo com a jurisprudência desta Corte, a obrigação de pagar o débito referente ao serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto se reveste de natureza pessoal e não propter rem, não se vinculando, portanto, à titularidade do imóvel. Assim, o atual usuário do serviço ou o proprietário do imóvel não podem ser responsabilizados por débitos de terceiro que efetivamente tenha-se utilizado do serviço. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp n. 1.444.530/SP, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 8/5/2014, DJe de 16/5/2014.)”

QUESTÃO 45. A legislação brasileira estabelece a cessação da menoridade aos 18 (dezoito) anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Assim, de acordo com o Código Civil, aponte a alternativa INCORRETA a respeito das hipóteses em que a incapacidade cessará para os menores:

a) Pelo casamento.

b) Pelo exercício de emprego público efetivo.

c) Pela concessão de um dos pais, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver 16 (dezesseis) anos completos.

d) Pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com 16 (dezesseis) anos completos tenha economia própria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o conhecimento sobre Personalidade e Capacidade das Pessoas Naturais.

A alternativa C está correta, pois a concessão de um dos pais não se trata de hipótese em que a incapacidade cessará para os menores. Na emancipação voluntária, em regra, é necessária a manifestação de ambos os pais. Importante destacar que, excepcionalmente, a emancipação poderá ser realizada por um dos pais apenas diante da impossibilidade de manifestação do outro.

As alternativas A, B e D estão incorretas, pois trazem hipóteses de emancipação em conformidade com o art. 5º, parágrafo único, do CC: “Cessar, para os menores, a incapacidade: II - pelo casamento; III - pelo exercício de emprego público efetivo; V - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.”

QUESTÃO 46. Sobre responsabilidade civil, assinale a alternativa CORRETA, nos termos da legislação civil vigente:



- a) Se a ofensa tiver dois autores, em coautoria, sendo um deles absolutamente incapaz, apenas o autor capaz responderá pela reparação.
- b) Se os responsáveis pelo incapaz não tiverem meios suficientes para responder pelos prejuízos causados pelo incapaz, o patrimônio do incapaz responderá pela reparação.
- c) O empregador não tem a obrigação de reparar dano causado por seu preposto se provar que agiu com diligência, prudência e perícia na escolha do preposto.
- d) Se o dano tiver sido causado por mais de um ofensor, todos responderão pela reparação à vítima na proporção da gravidade da culpa de cada um.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o conhecimento sobre Responsabilidade Civil.

A alternativa A está incorreta, pois o art. 928 do CC autoriza a responsabilização pessoal dos incapazes por determinados danos que causarem.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 928 do CC: “O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.” Além disso, a responsabilidade civil do incapaz pela reparação dos danos é subsidiária e mitigada, conforme o STJ decidiu no REsp n. 1.436.401/MG, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 2/2/2017, DJe de 16/3/2017: “É subsidiária porque apenas ocorrerá quando os seus genitores não tiverem meios para ressarcir a vítima; é condicional e mitigada porque não poderá ultrapassar o limite humanitário do patrimônio mínimo do infante (CC, art. 928, par. único e En. 39/CJF); e deve ser equitativa, tendo em vista que a indenização deverá ser equânime, sem a privação do mínimo necessário para a sobrevivência digna do incapaz (CC, art. 928, par. único e En. 449/CJF).

A alternativa C está incorreta, pois o empregador, ainda que não haja culpa de sua parte, será responsável pela reparação civil por atos praticados por seus prepostos, nos termos dos arts. 932, inciso III, e 933 do CC.

A alternativa D está incorreta, pois se trata de obrigação solidária, conforme dispõe o art. 942 do CC: “Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.”

QUESTÃO 47. Analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa CORRETA:

I. Em acordo firmado entre ascendente e descendente, é válida a renúncia pelo descendente ao direito à sucessão aberta do ascendente, desde que se limite a um bem específico, não alcançando toda a legítima, e que conste expressamente de instrumento público.

II. É nula a cessão de direito hereditário sem prévia autorização do juiz da sucessão, podendo a nulidade ser alegada pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir.

III. Até a partilha, o direito dos coerdeiros regula-se pelas normas relativas ao condomínio e, em caso de cessão e de direito hereditário, o herdeiro cedente deve observar o direito de preferência dos demais coerdeiros.

IV. Na sucessão testamentária podem suceder pessoas nascidas, apenas concebidas ou ainda não concebidas indicadas pelo testador.



- a) Apenas as assertivas I, II e IV são verdadeiras.
- b) Apenas as assertivas I, II e III são verdadeiras.
- c) Apenas as assertivas III e IV são verdadeiras.
- d) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o conhecimento sobre o Direito das Sucessões.

O item I está incorreto, nos termos do art. 1.808 do CC: “Não se pode aceitar ou renunciar a herança em parte, sob condição ou a termo.”

O item II está incorreto, pois a ausência de autorização do juiz da sucessão consiste em hipótese de ineficácia da cessão, nos termos do art. 1.793, §3º, do CC, segundo o qual: “Ineficaz é a disposição, sem prévia autorização do juiz da sucessão, por qualquer herdeiro, de bem componente do acervo hereditário, pendente a indivisibilidade.”

O item III está correto, nos termos do parágrafo único do art. 1.791 do CC: “Até a partilha, o direito dos co-herdeiros, quanto à propriedade e posse da herança, será indivisível, e regular-se-á pelas normas relativas ao condomínio.” Além disso, o art. 1.794 do CC prevê, em relação à cessão de direitos hereditários, o direito de preferência entre os coerdeiros, nos seguintes termos: “O co-herdeiro não poderá ceder a sua quota hereditária a pessoa estranha à sucessão, se outro co-herdeiro a quiser, tanto por tanto.”

O item IV está correto, conforme art. 1.799, inciso I, do CC: “Na sucessão testamentária podem ainda ser chamados a suceder: I - os filhos, ainda não concebidos, de pessoas indicadas pelo testador, desde que vivas estas ao abrir-se a sucessão.”

QUESTÃO 48. Analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa CORRETA:

I. A dissolução da sociedade conjugal não extingue o bem de família.

II. Perde o poder familiar e é excluído da sucessão o pai que praticar contra filha estupro ou outro crime contra a dignidade sexual sujeito à pena de reclusão.

III. A pessoa maior de 70 (setenta) anos que se casar pode praticar todos os atos de disposição necessários ao desempenho de sua profissão, mas precisa da autorização do cônjuge para prestar fiança ou aval.

IV. O dever dos pais de prestar alimentos aos filhos é extensivo aos avós e, não tendo os pais condições de suportar totalmente o encargo, os avós respondem solidariamente.

- a) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- b) Apenas as assertivas I, II e III são verdadeiras.
- c) Apenas as assertivas I, III e IV são verdadeiras.
- d) As assertivas I, II, III e IV são verdadeiras.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda o conhecimento sobre o direito patrimonial no âmbito do Direito de Família.



O item I está correto, nos termos do art. 1.721 do CC: “A dissolução da sociedade conjugal não extingue o bem de família.”

O item II está incorreto. A primeira parte do item está correta, pois o art. 1.638, parágrafo único, inciso II, alínea “b”, do CC dispõe que: “Perderá também por ato judicial o poder familiar aquele que: II – praticar contra filho, filha ou outro descendente: b) estupro, estupro de vulnerável ou outro crime contra a dignidade sexual sujeito à pena de reclusão.” Contudo, a segunda parte do item está incorreta, pois a prática descrita no item não constitui hipótese de exclusão da sucessão, conforme art. 1.814 do CC: “São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários: I - que houverem sido autores, co-autores ou partícipes de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente; II - que houverem acusado caluniosamente em juízo o autor da herança ou incorrerem em crime contra a sua honra, ou de seu cônjuge ou companheiro; III - que, por violência ou meios fraudulentos, inibirem ou obstarem o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade.”

O item III está correto. O Código Civil dispõe que é obrigatório o regime de separação de bens no casamento da pessoa maior de 70 anos, conforme o inciso II do art. 1.641. Em relação à outorga uxória/marital, cumpre destacar que o regime de separação legal de bens não afasta a necessidade de autorização do cônjuge para prestar fiança ou aval, nos termos do art. 1.647, III, do CC: “Ressalvado o disposto no art. 1.648, nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta: III - prestar fiança ou aval.”

O item IV está incorreto, tendo em vista que, na hipótese, a obrigação dos avós é complementar e subsidiária, nos termos da súmula 596 do STJ: “A obrigação alimentar dos avós tem natureza complementar e subsidiária, somente se configurando no caso de impossibilidade total ou parcial de seu cumprimento pelos pais.”

QUESTÃO 49. É CORRETO afirmar que:

- a) A multipropriedade se extinguirá automaticamente se todas as frações de tempo forem do mesmo multiproprietário.**
- b) O imóvel urbano abandonado pode ser arrecadado como bem vago e passar, três anos depois, à propriedade do Município.**
- c) Adquire a propriedade por usucapião aquele que possui o imóvel como seu, por dez anos, sem interrupção, nem oposição, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.**
- d) Além de outros expressamente previstos em lei ou contrato, são direitos reais sobre coisa alheia a superfície, o usufruto, a hipoteca e os direitos oriundos da imissão provisória na posse concedida aos Municípios.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o conhecimento sobre os Direitos Reais.

A alternativa A está incorreta. Conforme dispõe o parágrafo único do art. 1.358-C do Código Civil: “A multipropriedade não se extinguirá automaticamente se todas as frações de tempo forem do mesmo multiproprietário.”

A alternativa B está correta. O art. 1.276 do CC assim dispõe: “O imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que se não encontrar na



posse de outrem, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.”

A alternativa C está incorreta. Conforme o art. 1.238 do CC: “Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis. Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo.”

A alternativa D está incorreta, pois não é possível que outros direitos reais, além dos elencados em enumeração taxativa no art. 1.225 do CC e em leis especiais diversas, sejam previstos em contrato.

QUESTÃO 50. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) O Ministério Público tem legitimidade ativa para propor ação revocatória dos atos praticados em conluio fraudulento entre o devedor e o terceiro com a intenção de prejudicar credores e que causar efetivo prejuízo para a massa falida.

b) A autonomia patrimonial das sociedades empresárias, em relação ao patrimônio dos sócios e das demais sociedades do mesmo grupo econômico, é um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos, estabelecido pela lei com a finalidade de estimular empreendimentos, para a geração de empregos, tributo, renda e inovação em benefício de todos.

c) O Ministério Público pode interpor recurso contra a decisão que conceder a recuperação judicial.

d) Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a administração da sociedade empresária antes exercida por ele enquanto capaz, mediante autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois o conteúdo está em conformidade com o art. 130 da Lei nº 11.101/2005: “São revogáveis os atos praticados com a intenção de prejudicar credores, provando-se o conluio fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratar e o efetivo prejuízo sofrido pela massa falida.” Além disso, a Lei de Falências dispõe no art. 132 que: “A ação revocatória, de que trata o art. 130 desta Lei, deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de 3 (três) anos contado da decretação da falência.”

A alternativa B está incorreta, pois o conteúdo está conforme o disposto no art. 49-A: “A pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores. Parágrafo único. A autonomia patrimonial das pessoas jurídicas é um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos, estabelecido pela lei com a finalidade de estimular empreendimentos, para a geração de empregos, tributo, renda e inovação em benefício de todos.”

A alternativa C está incorreta, pois o conteúdo está em conformidade com os termos do art. 59, §2º, da Lei nº 11.101/2005: “Contra a decisão que conceder a recuperação judicial caberá agravo, que poderá ser interposto por qualquer credor e pelo Ministério Público.”



A alternativa D está correta, pois a oitiva do Ministério Público não é requisito exigido pelo Código Civil para que o incapaz dê continuidade à empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de eventual herança. Importante destacar que o Código Civil exige prévia autorização judicial, bem como a existência de um patrimônio de afetação. Nesse sentido, dispõe o art. 974 do CC: “Art. 974. Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança. § 1º Nos casos deste artigo, precederá autorização judicial, após exame das circunstâncias e dos riscos da empresa, bem como da conveniência em continuá-la, podendo a autorização ser revogada pelo juiz, ouvidos os pais, tutores ou representantes legais do menor ou do interdito, sem prejuízo dos direitos adquiridos por terceiros. § 2º Não ficam sujeitos ao resultado da empresa os bens que o incapaz já possuía, ao tempo da sucessão ou da interdição, desde que estranhos ao acervo daquela, devendo tais fatos constar do alvará que conceder a autorização.”

QUESTÃO 51. Assinale a assertiva CORRETA com relação à atuação do Ministério Público no Processo Civil:

- a) Findo o prazo para manifestação do Ministério Público sem o oferecimento de parecer, o juiz requisitará os autos e dará andamento ao processo.**
- b) O membro do Ministério Público será civil e diretamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.**
- c) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.**
- d) O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais disponíveis.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A letra A está correta, pois reproduz o texto do art. 180, §1º, do CPC: "Findo o prazo para manifestação do Ministério Público sem o oferecimento de parecer, o juiz requisitará os autos e dará andamento ao processo."

A alternativa B está incorreta, pois a responsabilidade civil do membro do Ministério Público é apenas regressiva, ou seja, a vítima do ato ilícito não pode processar diretamente o promotor, devendo dirigir sua ação ao Estado, o qual, se condenado, ajuizará futura ação de regresso contra o membro do Ministério Público, conforme o previsto no art. 181 do CPC: "O membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções."

A alternativa C está incorreta, pois, o membro do Ministério Público tem vista dos autos depois das partes, conforme o previsto no art. 179, I, do CPC: "Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público: I - terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo; [...]".

A alternativa D está incorreta, pois, o Ministério Público apenas atuará em processos que discutam interesses individuais indisponíveis, conforme o previsto no art. 176, do CPC: "O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis."



QUESTÃO 52. De acordo com a Recomendação nº 134 do Conselho Nacional de Justiça, de 9 de setembro de 2022, que dispõe sobre o tratamento dos precedentes no Direito brasileiro, é **INCORRETO** afirmar que:

a) Recomenda-se que os acórdãos proferidos no julgamento do incidente de assunção de competência, de resolução de demandas repetitivas e no julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos contenham a indicação de todos os fundamentos suscitados, favoráveis e contrários à tese jurídica discutida; a delimitação dos dispositivos normativos relevantes relacionados à questão jurídica; a identificação das circunstâncias fáticas subjacentes à controvérsia, em torno da questão jurídica, e a enunciação da tese jurídica firmada pelo órgão julgador em destaque.

b) A suspensão dos processos pendentes é elemento extremamente importante dentro da lógica do funcionamento e dos resultados pretendidos, sob o prisma do sistema dos julgamentos de questões comuns ou repetitivas, especialmente no que diz respeito à economia processual e, conseqüentemente, da própria duração razoável dos processos.

c) Recomenda-se que as teses sejam redigidas de forma clara, simples e objetiva; que contenham enunciados com mais de uma tese jurídica, e que indiquem de maneira pormenorizada e com precisão as circunstâncias fáticas às quais diz respeito.

d) Poderá o juiz ou tribunal, excepcionalmente, identificada distinção material relevante e indiscutível, afastar precedente de natureza obrigatória ou somente persuasiva, mediante técnica conhecida como distinção ou *distinguishing*.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A letra A está correta, pois reproduz a literalidade do texto do art. 12, da Recomendação 134 do CNJ: "Art. 12. Recomenda-se que os acórdãos proferidos no julgamento do incidente de assunção de competência, de resolução de demandas repetitivas e no julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos contenham: I – indicação de todos os fundamentos suscitados, favoráveis e contrários à tese jurídica discutida; II – delimitação dos dispositivos normativos relevantes relacionados à questão jurídica; III – identificação das circunstâncias fáticas subjacentes à controvérsia, em torno da questão jurídica; IV – enunciação da tese jurídica firmada pelo órgão julgador em destaque, evitando a utilização de sinônimos de expressões técnicas ou em desuso."

A alternativa B está correta, pois reproduz a literalidade do texto do art. 25 da Recomendação 134 do CNJ: "A suspensão dos processos pendentes é elemento extremamente importante dentro da lógica do funcionamento e dos resultados pretendidos, sob o prisma do sistema dos julgamentos de questões comuns ou repetitivas, especialmente no que diz respeito à economia processual e, conseqüentemente, da própria duração razoável dos processos."

A alternativa C está incorreta, pois a indicação das circunstâncias fáticas deve ser de forma breve, não pormenorizada, conforme o previsto no art. 13, *caput*, inciso III, da Recomendação 134 do CNJ: "Recomenda-se que as teses: I – sejam redigidas de forma clara, simples e objetiva; II – não contenham enunciados que envolvam mais de uma tese jurídica; III – indiquem brevemente e com precisão as circunstâncias fáticas as quais diz respeito [...]."

A alternativa D está correta, pois reproduz a literalidade do texto do art. 14 da Recomendação 134 do CNJ: "Poderá o juiz ou tribunal, excepcionalmente, identificada distinção material relevante e indiscutível, afastar precedente de natureza obrigatória ou somente persuasiva, mediante técnica conhecida como distinção ou *distinguishing*."



QUESTÃO 53. Sobre o *amicus curiae* é CORRETO afirmar que:

- a) São condições alternativas para o ingresso do *amicus curiae* a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia.
- b) O juiz ou relator poderá, por decisão recorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada.
- c) A intervenção do *amicus curiae* não implica alteração de competência nem autoriza a interposição de recursos.
- d) Os poderes do *amicus curiae* são estabelecidos no Código de Processo Civil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A letra A está correta, pois reproduz a literalidade do texto do art. 138, *caput*, do CPC: "O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecurrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação."

A alternativa B está incorreta, pois a decisão sobre a admissão do *amicus curiae* é irrecurrível, conforme o texto do art. 138, *caput*, do CPC.

A alternativa C está incorreta, pois o *amicus curiae* tem legitimidade recursal para interposição de embargos declaratórios e recorrer da decisão sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas, conforme o texto do art. 138, §§1º e 3º, do CPC: "§1º A intervenção de que trata o caput não implica alteração de competência nem autoriza a interposição de recursos, ressalvadas a oposição de embargos de declaração e a hipótese do § 3º. [...] § 3º O *amicus curiae* pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas."

A alternativa D está incorreta, pois os poderes do *amicus curiae* são definidos pelo magistrado no caso concreto, conforme texto do art. 138, §2º, do CPC: "Caberá ao juiz ou ao relator, na decisão que solicitar ou admitir a intervenção, definir os poderes do *amicus curiae*."

QUESTÃO 54. Analise as seguintes assertivas sobre o agravo interno, nos termos do Código de Processo Civil, e marque a opção CORRETA:

- I. O agravo interno é cabível contra decisão proferida pelo relator para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal.
- II. O agravo interno será dirigido ao Presidente do Tribunal, que intimará o agravado para manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias.
- III. Cabe retratação no agravo interno.
- IV. Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação majoritária, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa.



- a) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.
- b) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- d) Apenas os itens I e IV são verdadeiros.

Comentários

A resposta correta é a **letra C**.

O item I está correto, pois reproduz o texto do *caput* do art. 1.021, do CPC: "Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal."

O item II está incorreto, pois o agravo interno é dirigido ao prolator da decisão colegiada, conforme texto do art. 1.021, §2º, do CPC: "O agravo será dirigido ao relator, que intimará o agravado para manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, ao final do qual, não havendo retratação, o relator levá-lo-á a julgamento pelo órgão colegiado, com inclusão em pauta."

O item III está correto, pois o agravo interno, ao admitir retratação, possui efeito regressivo, conforme o texto do art. 1.021, §2º, do CPC.

O item IV está incorreto, pois a aplicação de multa no agravo interno exige decisão unânime do colegiado, conforme o previsto no art. 1.021, §4º, do CPC: "Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa."

QUESTÃO 55. Segundo a Lei nº 13.140/2015, que dispõe sobre mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública, é INCORRETO afirmar:

- a) Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial com poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia.
- b) Pode ser objeto de mediação o conflito que verse sobre direitos disponíveis ou sobre direitos indisponíveis que admitam transação.
- c) O consenso das partes envolvendo direitos indisponíveis, mas tangíveis, deve ser homologado em juízo, exigida a oitiva do Ministério Público.
- d) É irrecorrível a decisão que suspende o processo nos termos requeridos de comum acordo pelas partes.

Comentários

A alternativa indicada como correta pela banca é a **letra A**, mas se trata de questão passível de recurso por presença de erro, também, na letra C.

A letra A está incorreta, pois, na mediação, o terceiro que auxiliará na solução do conflito, não tem poderes decisórios, conforme o texto do art. 1º, parágrafo único, da Lei 13.140/2015: "Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia."



A alternativa B está correta, pois reproduz a literalidade do texto do art. 3º, da Lei 13.140/2015: "Pode ser objeto de mediação o conflito que verse sobre direitos disponíveis ou sobre direitos indisponíveis que admitam transação."

A alternativa C foi apontada pela banca como correta, pois reproduz o art. 3º, da Lei 13.140/2015: "O consenso das partes envolvendo direitos indisponíveis, mas transigíveis, deve ser homologado em juízo, exigida a oitiva do Ministério Público.". Pode-se cogitar recurso para esta alternativa, porque não foi usada a expressão "transigível", ou seja, passível de transação (negócio jurídico envolvendo concessões recíprocas, conforme art. 944 do CC), sendo substituída esta por "tangível", que significa palpável, tocável. Logo, a assertiva pode ser considerada, também, como incorreta.

A alternativa D está correta, pois reproduz a literalidade do texto do art. 16, §1º, da Lei 13.140/2015: "É irrecorrível a decisão que suspende o processo nos termos requeridos de comum acordo pelas partes."

QUESTÃO 56. Sobre o duplo grau de jurisdição previsto no Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar que:

a) Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público e que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal.

b) Nos casos de reexame necessário, não interposta a apelação no prazo legal, o juiz ordenará a remessa dos autos ao tribunal, e, se não o fizer, o vice-presidente do respectivo tribunal avocá-los-á.

c) Não é caso de duplo grau obrigatório quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público.

d) É exceção ao duplo grau obrigatório quando a sentença estiver fundada em súmula de tribunal superior.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A letra A está correta, pois reproduz a literalidade do art. 496, *caput* e incisos I e II do CPC: "Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal."

A alternativa B está incorreta, porque a competência para avocação dos autos em casos de reexame necessário é do Presidente do Tribunal, e não do Vice, conforme texto do art. 496, §1º, do CPC: "Nos casos previstos neste artigo, não interposta a apelação no prazo legal, o juiz ordenará a remessa dos autos ao tribunal, e, se não o fizer, o presidente do respectivo tribunal avocá-los-á."

A alternativa C está correta, pois reproduz a redação do art. 496, §3º, do CPC: " § 3º Não se aplica o disposto neste artigo quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a: I - 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público; [...]."



A alternativa D está correta, pois reproduz a literalidade do texto do art. 496, §4º, I, do CPC: "Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em: I - súmula de tribunal superior; [...]".

QUESTÃO 57. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) É título executivo extrajudicial o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal.

b) Na obrigação de fazer, quando se convencionar que o executado a satisfaça pessoalmente, o exequente poderá requerer ao juiz que lhe assinie prazo para cumpri-la. Havendo recusa ou mora do executado, é lícito ao juiz autorizar que terceiro a satisfaça à custa do executado.

c) Para possibilitar a penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira, o juiz, a requerimento do exequente, sem dar ciência prévia do ato ao executado, determinará às instituições financeiras, por meio de sistema eletrônico gerido pela autoridade supervisora do sistema financeiro nacional, que torne indisponíveis ativos financeiros existentes em nome do executado, limitando-se a indisponibilidade ao valor indicado na execução.

d) Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 30 (trinta) dias. Não opostos embargos ou transitada em julgado a decisão que os rejeitar, expedir-se-á precatório ou requisição de pequeno valor em favor do exequente, observando-se o disposto no art. 100 da Constituição Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A letra A está correta, pois reproduz o texto do art. 784, IV, do CPC: "São títulos executivos extrajudiciais: [...] IV - o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal; [...]".

A alternativa B está incorreta, pois o não cumprimento de obrigação de fazer personalíssima importa em conversão em perdas e danos, conforme o texto do art. 821 do CPC: "Na obrigação de fazer, quando se convencionar que o executado a satisfaça pessoalmente, o exequente poderá requerer ao juiz que lhe assinie prazo para cumpri-la. Parágrafo único. Havendo recusa ou mora do executado, sua obrigação pessoal será convertida em perdas e danos, caso em que se observará o procedimento de execução por quantia certa."

A alternativa C está correta, pois reproduz o texto do art. 854 do CPC: "Para possibilitar a penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira, o juiz, a requerimento do exequente, sem dar ciência prévia do ato ao executado, determinará às instituições financeiras, por meio de sistema eletrônico gerido pela autoridade supervisora do sistema financeiro nacional, que torne indisponíveis ativos financeiros existentes em nome do executado, limitando-se a indisponibilidade ao valor indicado na execução."

A alternativa D está correta, pois reproduz o texto do art. 910, *caput*, e §1º, do CPC: "Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 30 (trinta) dias. § 1º Não opostos embargos ou transitada em julgado a decisão que os rejeitar, expedir-se-á precatório ou requisição de pequeno valor em favor do exequente, observando-se o disposto no art. 100 da Constituição Federal."



QUESTÃO 58. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A coisa julgada, como regra, incide sobre a resolução de questões principais ou de prejudiciais.
- b) A liquidação pode ser realizada tanto em relação à sentença quanto em relação à decisão parcial de mérito.
- c) O procedimento de produção antecipada de provas contempla oportunidade de apresentação de defesas e recursos, conforme determina o contraditório efetivo previsto nos arts. 9º e 10 do CPC.
- d) A confissão realizada por um dos litisconsortes em litisconsórcio unitário vincula a todos, em razão da natureza do liame entre as partes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A letra A está incorreta, pois só faz coisa julgada, como regra, a questão principal decidida no processo, conforme o texto do art. 506, *caput*, do CPC: "A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida."

A alternativa B está correta, pois reproduz o texto do art. 356, §2º, do CPC: "A parte poderá liquidar ou executar, desde logo, a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, independentemente de caução, ainda que haja recurso contra essa interposto.". E também o texto do art. 509, *caput*, do CPC: "Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação, a requerimento do credor ou do devedor: [...]".

A alternativa C está incorreta, pois, na ação de produção antecipada de provas só cabe recurso da decisão que indeferir totalmente a pretensão do autor, na forma do art. 382, §4º, do CPC: "Neste procedimento, não se admitirá defesa ou recurso, salvo contra decisão que indeferir totalmente a produção da prova pleiteada pelo requerente originário."

A alternativa D está incorreta, pois a confissão não prejudica os demais litisconsortes, na forma do art. 391, *caput*, do CPC: "A confissão judicial faz prova contra o confitente, não prejudicando, todavia, os litisconsortes."

QUESTÃO 59. Sobre o ônus da prova é INCORRETO afirmar que:

- a) O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito, e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
- b) O juiz poderá atribuir o ônus da prova de modo diverso nos casos previstos em lei ou diante das peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo probatório ou, ainda, à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário.
- c) A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes quando recair sobre direito indisponível da parte.
- d) A inversão do ônus da prova aplica-se às ações civis públicas sobre degradação ambiental.

Comentários



A alternativa correta é a **letra C**.

A letra A está correta, pois reproduz o texto do art. 373, incisos I e II, do CPC: " O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor."

A alternativa B está correta, pois reproduz o texto do art. 373, §1º, do CPC: "Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído."

A alternativa C está incorreta, pois, nos casos de direito indisponível, não cabe negócio processual para inversão do ônus da prova, conforme o previsto no art. 373, §3º, I, do CPC: "A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes, salvo quando: I - recair sobre direito indisponível da parte; [...]"

A alternativa D está correta, pois está de acordo com o texto da Súmula 618 do STJ: "A inversão do ônus da prova aplica-se às ações de degradação ambiental."

QUESTÃO 60. Analise as assertivas abaixo e marque a opção CORRETA:

I. Na ação que tenha por objeto a prestação de fazer ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, concederá a tutela específica ou determinará providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.

II. Para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática de um ilícito é relevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo.

III. A obrigação somente será convertida em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.

IV. A indenização por perdas e danos dar-se-á em prejuízo da multa fixada periodicamente para compelir o réu ao cumprimento específico da obrigação.

a) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.

b) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.

c) Apenas as assertivas III e IV são verdadeiras.

d) Apenas as assertivas II e IV são verdadeiras.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**.

O item I está correto, pois reproduz o exato texto do art. 497, *caput*, do CPC: "Na ação que tenha por objeto a prestação de fazer ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, concederá a tutela específica ou determinará providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente."

O item II está incorreto, pois na tutela quanto ao ato ilícito, é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou a existência de culpa ou dolo, conforme o texto do art. 497, parágrafo único, do CPC: "Para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática, a reiteração ou a



continuação de um ilícito, ou a sua remoção, é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo."

O item III está correto, pois reproduz o texto do art. 499 do CPC: "A obrigação somente será convertida em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente."

O item IV está incorreto, pois a indenização por perdas e danos dar-se-á sem prejuízo da multa fixada em decisão judicial como medida de apoio, conforme texto do art. 500 do CPC: "A indenização por perdas e danos dar-se-á sem prejuízo da multa fixada periodicamente para compelir o réu ao cumprimento específico da obrigação."

QUESTÃO 61. De acordo com decisão proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no julgamento do caso 12.001, o Estado brasileiro foi considerado responsável pela violação do direito à igualdade perante a lei, à proteção judicial e às garantias judiciais, consagrados, respectivamente, nos artigos 24, 25 e 8 da Convenção Americana, em prejuízo de Simone André Diniz. Segundo os fatos estabelecidos, em 2 de março de 1997, a senhora Aparecida Gisele Mota da Silva fez publicar na parte de Classificados do jornal "A Folha de São Paulo" o seguinte anúncio: "doméstica. Lar. P/ morar no empr. C/ exp. Toda rotina, cuidar de crianças, c/docum. E ref.; Pref. Branca, s/filhos, solteira, maior de 21a. Gisele". A senhora Simone André Diniz, de cor negra, para candidatar-se à vaga anunciada, ligou para o telefone informado no anúncio, tendo sido atendida por uma colega de trabalho de Aparecida Gisele Mota da Silva, de prenome Maria Tereza, que lhe indagou sobre a cor de sua pele. Em contestando ser negra, Simone André Diniz foi informada que não preenchia os requisitos exigidos para o cargo. Houve abertura de inquérito policial para apuração dos fatos, sendo que o Ministério Público optou por promover seu arquivamento, entendendo estar ausente motivo para a instauração da ação penal, justificando, inclusive, que a preferência exigida seria compreensível, visto que uma empregada doméstica negra já havia maltratado, anteriormente, os filhos de Aparecida Gisele. O juízo homologou o arquivamento.

A omissão estatal em combater a discriminação, no caso citado, foi entendida pela Corte como sendo prática de:

- a) Racismo estrutural.
- b) Racismo institucional.
- c) Racismo estrutural e institucional.
- d) Racismo funcional

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Nos termos do voto que consagrou a decisão, "A Comissão tem conhecimento que o racismo institucional é um obstáculo à aplicabilidade da lei anti-racismo no Brasil. "Da prova testemunhal, passando pelo inquérito na polícia até a decisão do Judiciário, há preconceito contra o negro. Os três níveis são incapazes de reconhecer o racismo contra o negro".

Assim, o preconceito instaurado na investigação e no processo impedem que um cidadão negro consiga um real acesso ao Poder Judiciário, para reconhecer seu direito básico de não ser discriminado.



A decisão considera, ainda, a doutrina de Edward Teles, afirmando que, no Brasil “o racismo consciente e explícito, na forma de insultos raciais, apesar de repreensíveis, são menos importantes para a manutenção da desigualdade racial do que as sutis práticas individuais e institucionais, comumente caracterizadas como “racismo institucional”.”.

Imperioso ressaltar, também, que a decisão não aborda o racismo estrutural. Conforme explica Silvio Almeida “ao contrário de grande parte da literatura sobre o tema que utiliza os termos indistintamente, diferenciamos o racismo institucional do racismo estrutural. Não são a mesma coisa e descrevem fenômenos distintos. “. O racismo estrutural é muito mais abrangente que o institucional e está ligado a constituição das relações (familiar, econômica, jurídica etc.) que compõe a sociedade e não apenas ao mero desarranjo institucional.

QUESTÃO 62. Em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), especificamente quanto ao direito à liberdade assegurado a crianças e adolescentes, é INCORRETO afirmar que é garantido:

- a) Direito irrestrito de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários.
- b) Liberdade de opinião e expressão.
- c) Participação na vida familiar e comunitária, sem discriminação.
- d) Participação na vida política, na forma da lei.

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda a literalidade do art. 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

A alternativa A está correta, pois diverge do disposto no inciso I do art. 16, a seguir transcrito: “Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: [...] I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;”

A alternativa B está incorreta, nos termos do inciso II do art. 16. Vejamos: “Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: [...] II - opinião e expressão;”

A alternativa C está incorreta. Trata-se da literalidade do inciso V do art. 16, a seguir transcrito: “Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: [...] V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;”

A alternativa D está incorreta, uma vez que reproduz o inciso VI do art. 16, que assim dispõe: “Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: [...] VI - participar da vida política, na forma da lei;”

QUESTÃO 63. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) apresentou, em 5 de janeiro de 2022, perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), o Caso Comunidades Quilombolas de Alcântara, relativo ao Brasil, sobre a violação da propriedade coletiva de 152 comunidades, devido à falta da emissão de títulos de propriedade das suas terras, à instalação de uma base aeroespacial sem a devida consulta e consentimento prévio, à expropriação das suas terras e territórios, e à falta de recursos judiciais para remediar tal situação. Esses povos tradicionais, majoritariamente de ascendência indígena e africana, se assentam no município de Alcântara, na região noroeste do Brasil. Eles formam uma unidade composta por uma rede de aldeias baseada na interdependência e na reciprocidade, que reclama aproximadamente 85.537 hectares de terras e territórios ancestrais. Em 1980, foi declarada a “utilidade pública” de 52 mil hectares do território habitado por 32 comunidades



quilombolas. O Estado brasileiro expropriou tais hectares, reassentou seus habitantes em 7 agrovilas e iniciou a criação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) para desenvolver um programa espacial nacional.

Segundo a CIDH, o Estado não teria reconhecido a titulação completa da propriedade coletiva sobre a terra. Nesse cenário, a posse em favor das comunidades quilombolas se justificou, dentre outras causas, em razão sobretudo de:

- a) Relação de boa-fé na ocupação.
- b) Relação ocupacional histórica.
- c) Relação de ancestralidade com o território.
- d) Vício do decreto expropriatório

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Conforme Portaria nº 35, de 2004, lavrada pela fundação cultural palmares, as 152 comunidades em questão são remanescentes dos quilombos, de forma que o governo brasileiro firmou expressamente, em declaração oficial, que “As comunidades remanescentes de quilombos são regidas por fortes marcos de tradicionalidade, dotadas de identidade cultural própria, decorrentes de um processo histórico de resistência a formas injustificáveis de dominação, com forte ligação a uma trajetória de lutas e conquistas advindas de elos familiares e de ancestralidade.”

Dessa forma, buscando reparar os danos causados, o Presidente editou o Decreto nº 11.502/2003 que “Institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de buscar alternativas para a titulação territorial das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Alcântara.”

Pontua-se, ainda, que o INCRA em sítio oficial conceitua quilombolas utilizando a ancestralidade como uma das características. Vejamos: “As comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias.”

Por fim, interessante ressaltar o art. 2º do Decreto 4887/2003, que assim determina: “Art. 2o Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Vide ADIN nº 3.239”

Dessa forma, não é possível falar em mera ocupação do território para justificar a posse por parte das comunidades remanescentes de quilombos.

QUESTÃO 64. Nos termos do que dispõe expressamente a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), é CORRETO afirmar que:

- a) As condutas vedadas a agentes públicos em campanhas eleitorais não mais caracterizam atos de improbidade administrativa, em razão da taxatividade do rol contido no artigo 11 da Lei nº 8.429/92.
- b) A conduta consistente em celebrar contrato de rateio de consórcio público, sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei, constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.



c) A multa civil, no caso de condenação, poderá ser aumentada até o triplo, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, o valor calculado na forma dos incisos I, II e III do caput do artigo 12 é ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade.

d) O assessor jurídico que emite parecer que atesta a legalidade prévia do ato administrativo não necessariamente se torna obrigado a defender o administrador público, caso este responda a uma ação por improbidade administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda a literalidade dos artigos da Lei nº 8.429/92.

A alternativa A está incorreta, pois em discordância com a previsão contida no §1º do art. 1º da lei de improbidade e do §7º do art. 73 da lei nº 9504/97. Vejamos: “Art. 1º [...] § 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais.” “Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais: [...] § 7º As condutas enumeradas no caput caracterizam, ainda, atos de improbidade administrativa, a que se refere o art. 11, inciso I, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e sujeitam-se às disposições daquele diploma legal, em especial às cominações do art. 12, inciso III.”

A alternativa B está correta. É o que dispõe o inciso XV do art. 10 da Lei nº 8.429/92: “Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: [...] XV – celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei.”

A alternativa C está incorreta, uma vez que diverge do conteúdo do §2º do art. 12 da Lei nº 8.429/92, transcrito a seguir: “§ 2º A multa pode ser aumentada até o dobro, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, o valor calculado na forma dos incisos I, II e III do caput deste artigo é ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade.”

A alternativa D está incorreta, pois contraria a previsão contida no § 20 do art. 17 da Lei nº 8.429/92. Vejamos: “§ 20. A assessoria jurídica que emitiu o parecer atestando a legalidade prévia dos atos administrativos praticados pelo administrador público ficará obrigada a defendê-lo judicialmente, caso este venha a responder ação por improbidade administrativa, até que a decisão transite em julgado”.

QUESTÃO 65. Assinale a opção INCORRETA:

a) O ato de alienação parental é considerado forma de violência contra criança ou adolescente, nos termos da Lei nº 13.431/17.

b) Se verificada hipótese de violação a direitos da pessoa idosa, o Ministério Público poderá determinar, dentre outras medidas, a inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, à própria pessoa idosa ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação, sem necessidade de ordem judicial.



c) A Recomendação CNMP 85, de 28 de setembro de 2021, propõe o fomento ao tratamento isonômico das travestis e das mulheres transexuais em relação às demais mulheres em privação de liberdade.

d) No julgamento da ADPF 527, o Ministro Luís Roberto Barroso assegurou às transexuais femininas e travestis o direito ao cumprimento da pena em presídios femininos, em respeito aos direitos à dignidade humana, à autonomia, à liberdade, à igualdade, à saúde e em respeito à vedação à tortura e ao tratamento degradante e desumano.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda a Lei nº 13.431/17, a Recomendação CNMP 85, bem como exige conhecimento acerca da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

A alternativa A está incorreta. Trata-se da reprodução do teor da alínea b do inciso II do art. 4º da Lei nº 13.431/17, transcrita a seguir: “Art. 4º Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência: [...] II - violência psicológica: [...] b) o ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este;”

A alternativa B está incorreta, uma vez que reproduz o conteúdo do art. 45 da lei nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003. Vejamos: “Art. 43. As medidas de proteção à pessoa idosa são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II – por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento; III – em razão de sua condição pessoal. [...] Art. 45. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 43, o Ministério Público ou o Poder Judiciário, a requerimento daquele, poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: [...] IV – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, à própria pessoa idosa ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação;”

A alternativa C está incorreta. A Recomendação CNMP 85, de 28 de setembro de 2021, em seu art. 2º, assim orienta: “Art. 2º Recomenda-se aos Ministérios Públicos, nos seus respectivos âmbitos de atribuição: [...] III - sejam fomentadas iniciativas em prol da articulação de parcerias com a rede de proteção LGBTI+, a ser composta ao menos por representantes da assistência social, saúde e educação, acompanhando e estimulando, de forma resolutiva, a constituição e a implementação, pelos gestores da administração prisional, dos seguintes direitos: [...] e) de tratamento isonômico das travestis e das mulheres transexuais em relação às demais mulheres em privação de liberdade;”.

A alternativa D está correta. O ministro Luís Roberto Barroso, fixou entendimento no sentido de que as presas transexuais e travestis com identidade de gênero feminino possam optar por cumprir penas em estabelecimento prisional feminino ou masculino. Nesse último caso, elas devem ser mantidas em área reservada, como garantia de segurança. Nesse sentido, a ementa a seguir: “DIREITO DAS PESSOAS LGBTI. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. TRANSEXUAIS E TRAVESTIS. DIREITO DE OPÇÃO PELO CUMPRIMENTO DE PENA EM UNIDADES PRISIONAIS FEMININAS OU MASCULINAS, NO ÚLTIMO CASO, EM ALAS ESPECÍFICAS, QUE LHE GARANTA A SEGURANÇA. 1. Direito das transexuais femininas e travestis ao cumprimento de pena em condições compatíveis com a sua identidade de gênero. Incidência do direito à dignidade humana, à autonomia, à liberdade, à igualdade, à saúde, vedação



à tortura e ao tratamento degradante e desumano (CF/1988, art. 1º, III; e art. 5º, caput, III).” (ADPF 527).

QUESTÃO 66. A Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, instituiu no Brasil a Política Nacional de Resíduos Sólidos. No que se refere à responsabilidade dos geradores e do Poder Público, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Entende-se por geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo.

b) Cabe ao poder público atuar, subsidiariamente, com vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento do evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos.

c) Os responsáveis pelo dano ressarcirão proporcionalmente o poder público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas, na medida da participação no evento lesivo.

d) Com exceção dos consumidores, todos os participantes dos sistemas de logística reversa manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda a literalidade dos artigos da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu no Brasil a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A alternativa A está incorreta. Trata-se da literalidade do inciso IX do art. 3º da Lei nº 12.305/2010. Vejamos: “IX - geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo;”.

A alternativa B está incorreta. É o que dispõe o art. 29, da Lei nº 12.305/2010: “Cabe ao poder público atuar, subsidiariamente, com vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos.”

A alternativa C está correta, pois diverge do conteúdo do Parágrafo único do art. 29, da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que preconiza: “Art. 29. Cabe ao poder público atuar, subsidiariamente, com vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos. Parágrafo único. Os responsáveis pelo dano ressarcirão integralmente o poder público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas na forma do caput.”

A alternativa D está incorreta. É teor do §8º do art. 33 da Lei nº 12.305/2010. Vejamos: “ §8º - Com exceção dos consumidores, todos os participantes dos sistemas de logística reversa manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.”

QUESTÃO 67. Sobre o Sistema Único de Saúde, é INCORRETO afirmar que:

a) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:



descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.

b) Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

c) Os Municípios poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam.

d) No âmbito do Sistema Único de Saúde não é permitido o atendimento domiciliar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda a literalidade dos artigos da Lei nº 8.080/1990 e o art. 198 da Constituição da República.

A alternativa A está incorreta. É o que dispõe a Constituição Federal em seu art. 198, transcrito a seguir: “Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III - participação da comunidade.”

A alternativa B está incorreta. Trata-se da literalidade do art. 3º, da Lei nº 8.080/1990: “Art. 3º Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.”

A alternativa C está incorreta. Trata-se do teor do art. 10 da Lei nº 8.080/1990. Vejamos: “Art. 10. Os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam.”

A alternativa D está correta, pois contraria o disposto no Art. 19-I da Lei nº 8.080/1990, a seguir transcrito: “Art. 19-I São estabelecidos, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o atendimento domiciliar e a internação domiciliar.”

QUESTÃO 68. No que diz respeito à Política Estadual de Segurança de Barragem, instituída pela Lei nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, analise as proposições a seguir e assinale a alternativa CORRETA:

I. Fica vedada a concessão de licença ambiental para operação ou ampliação de barragens destinadas à acumulação ou à disposição final ou temporária de rejeitos ou resíduos industriais ou de mineração que utilizem o método de alteamento a montante.

II. Na implementação da política instituída por esta lei, serão observados os seguintes princípios: prevalência da norma mais protetiva ao meio ambiente e às comunidades potencialmente afetadas pelos empreendimentos; prioridade para as ações de prevenção, fiscalização e monitoramento, pelos órgãos e pelas entidades ambientais competentes do Estado.



III. As barragens de que trata esta lei serão objeto de auditoria técnica de segurança, sob responsabilidade do empreendedor, na seguinte periodicidade, de acordo com seu potencial de dano ambiental: a cada ano, as barragens com alto potencial de dano ambiental; a cada dois anos, as barragens com médio potencial de dano ambiental; a cada cinco anos, as barragens com baixo potencial de dano ambiental.

IV. O empreendedor fica obrigado a noticiar formalmente ao órgão fiscalizador e à entidade fiscalizadora do Sisema a data de início e as dimensões da ampliação, do alteamento e eventuais obras de manutenção corretiva da barragem, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis contados da data de início da ampliação, alteamento ou manutenção corretiva.

- a) Os itens I, II e III são verdadeiros.
- b) Os itens I, II e IV são verdadeiros.
- c) Os itens II, III e IV são verdadeiros.
- d) Apenas os itens III e IV são verdadeiros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda a literalidade dos artigos da Lei nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019.

O item I está correto. É o que preconiza o art. 13 da Lei nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019: “Art. 13 – Fica vedada a concessão de licença ambiental para operação ou ampliação de barragens destinadas à acumulação ou à disposição final ou temporária de rejeitos ou resíduos industriais ou de mineração que utilizem o método de alteamento a montante.”

O item II está correto. Trata-se da literalidade do art. 2º da Lei nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019: “Art. 2º – Na implementação da política instituída por esta lei, serão observados os seguintes princípios: I – prevalência da norma mais protetiva ao meio ambiente e às comunidades potencialmente afetadas pelos empreendimentos; II – prioridade para as ações de prevenção, fiscalização e monitoramento, pelos órgãos e pelas entidades ambientais competentes do Estado.”

O item III está incorreto, pois diverge do inciso III do art. 17 da Lei nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, transcrito a seguir: “Art. 17 – As barragens de que trata esta lei serão objeto de auditoria técnica de segurança, sob responsabilidade do empreendedor, na seguinte periodicidade, de acordo com seu potencial de dano ambiental: I – a cada ano, as barragens com alto potencial de dano ambiental; II – a cada dois anos, as barragens com médio potencial de dano ambiental; III – a cada três anos, as barragens com baixo potencial de dano ambiental.”

O Item IV está correto. É o que dispõe o art. 10 da referida lei. Vejamos: “Art. 10 – O empreendedor fica obrigado a notificar formalmente ao órgão fiscalizador e à entidade fiscalizadora do Sisema a data de início e as dimensões da ampliação, do alteamento e eventuais obras de manutenção corretiva da barragem, com antecedência mínima de quinze dias úteis contados da data de início da ampliação, do alteamento ou da manutenção corretiva.”

A alternativa B está correta, pois os itens I, II e IV são verdadeiros.

QUESTÃO 69. No que diz respeito à Lei nº 10.257, 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, é CORRETO afirmar que:



a) Entende-se por direito a cidades sustentáveis o direito à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

b) Os núcleos urbanos informais existentes sem oposição há mais de cinco anos e cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor são suscetíveis de serem usucapidos coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.

c) Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, mediante justa e prévia indenização em dinheiro.

d) O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel objeto de alienação onerosa entre particulares, cuja regulamentação se dará por decreto municipal

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda dispositivos da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

A alternativa A está incorreta, pois não reproduz o conteúdo completo do inciso I do art. 2º da Lei nº 10.257/2001, que conceitua o direito a cidades sustentáveis, nos seguintes termos: “Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;”

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade do art. 10 da Lei nº 10.257/2001. Vejamos: “Art. 10. Os núcleos urbanos informais existentes sem oposição há mais de cinco anos e cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor são suscetíveis de serem usucapidos coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.”

A alternativa C está incorreta, já que diverge do art. 8º da Lei nº 10.257/2001. Vejamos: “Art. 8º Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.”

A alternativa D está incorreta, pois contraria o §1º do art. 25 da Lei nº 10.257/2001, transcrito a seguir: “Art. 25. O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares. § 1º Lei municipal, baseada no plano diretor, delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência.”

QUESTÃO 70. Sobre a Regularização Fundiária Urbana, instituída pela Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, é INCORRETO afirmar que:

a) Poderão requerer a Reurb a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretamente ou por meio de entidades da administração pública indireta; os seus beneficiários, individual ou coletivamente, diretamente ou por meio de cooperativas



habitacionais, associações de moradores, fundações, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou regularização fundiária urbana; os proprietários de imóveis ou de terrenos, loteadores ou incorporadores; e a Defensoria Pública, em nome dos beneficiários hipossuficientes.

b) A legitimação de posse, instrumento de uso exclusivo para fins de regularização fundiária, constitui ato do poder público destinado a conferir título, por meio do qual fica reconhecida a posse do imóvel objeto da Reurb, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse, o qual é conversível em direito real de propriedade, na forma da lei.

c) Na Reurb-E, o Distrito Federal ou os Municípios deverão definir, por ocasião da aprovação dos projetos de regularização fundiária, nos limites da legislação de regência, os responsáveis pela implantação dos sistemas viários; pela implantação da infraestrutura essencial e dos equipamentos públicos ou comunitários, quando for o caso; e pela implementação das medidas de mitigação e compensação urbanística e ambiental, e dos estudos técnicos, quando for o caso.

d) O registro da CRF e do projeto de regularização fundiária aprovado será requerido diretamente ao oficial de registro de imóveis da situação do imóvel e será efetivado independentemente de determinação judicial ou do Ministério Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda dispositivos da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana.

A alternativa A está correta, já que não reproduz na integralidade o art. 14 da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, transcrito a seguir: “Art. 14. Poderão requerer a Reurb: I - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretamente ou por meio de entidades da administração pública indireta; II - os seus beneficiários, individual ou coletivamente, diretamente ou por meio de cooperativas habitacionais, associações de moradores, fundações, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou regularização fundiária urbana; III - os proprietários de imóveis ou de terrenos, loteadores ou incorporadores; IV - a Defensoria Pública, em nome dos beneficiários hipossuficientes; e V - o Ministério Público.”

A alternativa B está incorreta. Trata-se da literalidade do art. 25 da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Vejamos: “Art. 25. A legitimação de posse, instrumento de uso exclusivo para fins de regularização fundiária, constitui ato do poder público destinado a conferir título, por meio do qual fica reconhecida a posse de imóvel objeto da Reurb, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse, o qual é conversível em direito real de propriedade, na forma desta Lei.”

A alternativa C está incorreta. É a reprodução do art. 38 da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que assim dispõe: “Art. 38. Na Reurb-E, o Distrito Federal ou os Municípios deverão definir, por ocasião da aprovação dos projetos de regularização fundiária, nos limites da legislação de regência, os responsáveis pela: I - implantação dos sistemas viários; II - implantação da infraestrutura essencial e dos equipamentos públicos ou comunitários, quando for o caso; e III - implementação das medidas de mitigação e compensação urbanística e ambiental, e dos estudos técnicos, quando for o caso.”



A alternativa D está incorreta. Trata-se da literalidade do art. 42 da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, transcrito a seguir: “Art. 42. O registro da CRF e do projeto de regularização fundiária aprovado será requerido diretamente ao oficial do cartório de registro de imóveis da situação do imóvel e será efetivado independentemente de determinação judicial ou do Ministério Público.”

QUESTÃO 71. Em relação à Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e à sua interpretação pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A legitimidade da Fazenda Pública para o ajuizamento de ações por improbidade administrativa é ordinária, já que ela atua na defesa de seu próprio patrimônio público. A legitimidade do Ministério Público, por sua vez, é extraordinária.

b) A suspensão e a interrupção da prescrição produzem efeitos relativamente a todos os que concorreram para a prática do ato de improbidade. Nos atos de improbidade conexos que sejam objeto do mesmo processo, a suspensão e a interrupção relativas a qualquer deles estendem-se aos demais.

c) É constitucional a utilização da colaboração premiada, no âmbito civil, em ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público. O acordo de colaboração deve ser celebrado pelo Ministério Público, com a interveniência da pessoa jurídica interessada. O posicionamento contrário do interveniente impede a celebração da colaboração.

d) O princípio da retroatividade da lei penal (inciso XL do artigo 5º da Constituição República) não tem aplicação automática para a responsabilidade por atos ilícitos civis de improbidade administrativa, por ausência de expressa previsão legal e sob pena de desrespeito à constitucionalização das regras rígidas de regência da Administração Pública e responsabilização dos agentes públicos corruptos com flagrante desrespeito e enfraquecimento do direito administrativo sancionador.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda a literalidade dos artigos da Lei nº 8.429/92 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema.

A alternativa A está incorreta. No julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIS) 7042 e 7043 foi fixado entendimento no sentido de que os titulares do direito têm legitimação ordinária para defesa do seu patrimônio, sem prejuízo das hipóteses de legitimação extraordinária, que é o caso do MP quando promove ação de improbidade para pleitear um direito alheio.

A alternativa B está incorreta. É o teor dos §§ 6º e 7º do art. 23 da lei nº 8.429/92. Vejamos: “§ 6º A suspensão e a interrupção da prescrição produzem efeitos relativamente a todos os que concorreram para a prática do ato de improbidade. § 7º Nos atos de improbidade conexos que sejam objeto do mesmo processo, a suspensão e a interrupção relativas a qualquer deles estendem-se aos demais.”

A alternativa C está correta. O STF, por unanimidade, apreciando o tema 1.043 da repercussão geral fixou a seguinte tese: É constitucional a utilização da colaboração premiada, nos termos da Lei 12.850/2013, no âmbito civil, em ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público. [...] como a LIA prevê a legitimidade ativa concorrente entre o órgão ministerial e a pessoa jurídica de direito público lesada para o ajuizamento da ação, deve ser permitida a sua participação, como interveniente, na celebração do acordo de não persecução cível.



O posicionamento do interveniente não impedirá a celebração da colaboração premiada pelo Ministério Público, porém deverá ser observado e analisado pelo magistrado no momento de sua homologação. ARE 1.175.650/PR, relator Ministro Alexandre de Moraes, julgamento virtual finalizado em 30.6.2023 (Info 1101)

A alternativa D está incorreta. Trata-se da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre matéria de improbidade administrativa. Nesse sentido, a ementa a seguir transcrita: “[...] 11. O princípio da retroatividade da lei penal, consagrado no inciso XL do artigo 5º da Constituição Federal (“a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu”) não tem aplicação automática para a responsabilidade por atos ilícitos civis de improbidade administrativa, por ausência de expressa previsão legal e sob pena de desrespeito à constitucionalização das regras rígidas de regência da Administração Pública e responsabilização dos agentes públicos corruptos com flagrante desrespeito e enfraquecimento do Direito Administrativo Sancionador.” (ARE 843989/PR).

QUESTÃO 72. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I. O trânsito em julgado de sentença condenatória proferida em sede de ação desapropriatória não obsta a propositura de ação civil pública em defesa do patrimônio público, para discutir a dominialidade do bem expropriado, ainda que já se tenha expirado o prazo para a ação rescisória.

II. Viola o artigo 100, § 8º, da Constituição da República a execução individual de sentença condenatória genérica proferida contra a Fazenda Pública em ação coletiva visando à tutela de direitos individuais homogêneos.

III. É inconstitucional a regra de competência que permita que os entes subnacionais sejam demandados perante qualquer comarca do país, devendo a fixação do foro restringir-se aos seus respectivos limites territoriais.

IV. O prazo prescricional é de 5 (cinco) anos para o ajuizamento da execução individual em cumprimento de sentença proferida em ação civil pública, inclusive na hipótese em que, na ação de conhecimento, já transitada em julgado, tenha sido reconhecida a prescrição vintenária.

a) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.

b) Apenas os itens II e III são verdadeiros.

c) Apenas os itens I e IV são verdadeiros.

d) Apenas os itens I, III e IV são verdadeiros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

O Item I está correto, conforme jurisprudência do STF, proferida em sede de repercussão geral: “I - O trânsito em julgado de sentença condenatória proferida em sede de ação desapropriatória não obsta a propositura de Ação Civil Pública em defesa do patrimônio público para discutir a dominialidade do bem expropriado, ainda que já se tenha expirado o prazo para a Ação Rescisória; II - Em sede de Ação de Desapropriação, os honorários sucumbenciais só serão devidos caso haja devido pagamento da indenização aos expropriados. STF. Plenário. RE 1010819/PR, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Alexandre de Moraes, julgado em 26/5/2021 (Repercussão Geral – Tema 858).”



O Item II está incorreto, conforme jurisprudência do STF, proferida em sede de repercussão geral: “Não viola o art. 100, § 8º, da Constituição Federal a execução individual de sentença condenatória genérica proferida contra a Fazenda Pública em ação coletiva visando à tutela de direitos individuais homogêneos. STF. Plenário. ARE 925.754/PR, Rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 17/12/2015 (Repercussão Geral - Tema 873).”

O Item III está correto, conforme entendimento do STF, proferido no julgamento das ADIs 5492 e 5737: “É inconstitucional a regra de competência que permita que os entes subnacionais sejam demandados perante qualquer comarca do país, devendo a fixação do foro restringir-se aos seus respectivos limites territoriais.”

O Item IV está correto, de acordo com entendimento do STJ, exarado no tema repetitivo 515: “1. O prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o ajuizamento da execução individual em cumprimento de sentença proferida em Ação Civil Pública, inclusive na hipótese em que, na ação de conhecimento, já transitada em julgado, tenha sido reconhecida a prescrição vintenária”. (REsp 1273643/PR)

QUESTÃO 73. Considerando o sistema interamericano de proteção de direitos humanos, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos ostenta competência para receber denúncias ou queixas de violações de direitos humanos, apresentadas por indivíduos ou entidade não governamental legalmente reconhecida por um ou mais Estados-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), contra atos dos Estados que violem a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

b) Cabe à Comissão Interamericana de Direitos Humanos proceder ao juízo de admissibilidade das petições ou comunicações apresentadas, e à Corte Interamericana de Direitos Humanos julgar a ação eventualmente proposta pela Comissão. Não há, no sistema regional interamericano, viabilidade de acesso direto do indivíduo à Corte.

c) A sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos será definitiva e inapelável. Na hipótese de divergência sobre o sentido ou alcance da sentença, a Corte interpretá-la-á, a pedido de qualquer das partes, desde que o pedido seja apresentando dentro de 90 (noventa) dias a partir da data da notificação da sentença. A parte da sentença que determinar indenização compensatória poderá ser executada no país respectivo pelo processo interno vigente para a execução de sentenças contra o Estado.

d) A decisão proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos submete-se ao procedimento homologatório de sentenças estrangeiras, pelo Superior Tribunal de Justiça, previsto na Constituição da República (artigo 105, I, “i”)

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Conforme Resp nº 1.351.177 - PR (2012/0225515-3), a decisão do CIDH não é qualificada como sentença de tribunal estrangeiro, mas sim de órgão judiciário internacional, o que torna dispensável o procedimento de homologação. Vejamos trecho do voto: “Releva mencionar que uma sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos não é uma sentença estrangeira, mas, sim, uma sentença internacional, assim definida por Mazzuoli como “ato judicial emanado de órgão judiciário internacional de que o Estado faz parte, seja porque aceitou a sua jurisdição, como é o caso da Corte Interamericana de Direitos Humanos, seja porque, em acordo especial, concordou



em submeter a solução de determinada controvérsia a um organismo internacional, como a Corte Internacional de Justiça” (apud Marcelo di Rezende. A aplicabilidade das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Brasil, Goiânia: PUC Goiás, 2013, p. 98).”.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 45 do decreto 678/92 “1. Todo Estado-Parte pode, no momento do depósito do seu instrumento de ratificação desta Convenção ou de adesão a ela, ou em qualquer momento posterior, declarar que reconhece a competência da Comissão para receber e examinar as comunicações em que um Estado-Parte alegue haver outro Estado-Parte incorrido em violações dos direitos humanos estabelecidos nesta Convenção.”.

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 45 do decreto 678/92, transcrito acima, o Estado reconhece a competência da Comissão para receber e examinar as comunicações, o que configura um verdadeiro exercício de admissibilidade, como pode ser comprovado pela leitura dos arts. 46 a 48.

A alternativa C está incorreta. A alternativa corresponde à literalidade dos arts. 67 e 68 do decreto 678/92. Vejamos a letra da lei: “Art 67. A sentença da Corte será definitiva e inapelável. Em caso de divergência sobre o sentido ou alcance da sentença, a Corte interpretá-la-á, a pedido de qualquer das partes, desde que o pedido seja apresentando dentro de noventa dias a partir da data da notificação da sentença.” “art. 68 2. A parte da sentença que determinar indenização compensatória poderá ser executada no país respectivo pelo processo interno vigente para a execução de sentenças contra o Estado.”

QUESTÃO 74. Considerando os diplomas legais pertinentes e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I. O artigo 88 do Estatuto da Pessoa Idosa, que prevê a possibilidade de pagamento das custas processuais ao final do processo, aplica-se somente às ações referentes a interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos.

II. É desnecessária a intervenção do Ministério Público na qualidade de fiscal da ordem jurídica em demandas que não envolvam direitos coletivos ou em que não haja exposição de pessoa idosa aos riscos previstos no artigo 43 da Lei nº 10.741/2003.

III. O fato de a parte ser pessoa com deficiência, por si só, não é motivo suficiente para caracterizar relevância social a exigir a intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.

IV. O estacionamento indevido de veículo, sem credencial, em vaga reservada à pessoa com deficiência configura dano moral coletivo.

V. A associação, cujo estatuto institucional tem por finalidade a atuação em políticas públicas de interesse social, não ostenta legitimidade ativa para propor demanda que tutela o fornecimento de transporte público especial municipal para os munícipes com deficiência ou mobilidade reduzida.

a) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.

b) Apenas os itens III, IV e V são verdadeiros.

c) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.

d) Apenas os itens I, II, III e V são verdadeiros.

Comentários



A alternativa correta é a **letra A**.

O Item I está correto, de acordo com o Item 2 do Jurisprudência em Teses do STJ, edição nº 100: “2) O art. 88 do Estatuto do Idoso, que prevê a possibilidade de pagamento das custas processuais ao final do processo, aplica-se somente às ações referentes a interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos. AgRg no AREsp 625324/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/06/2015, DJe 16/06/2015;”

O Item II está correto, de acordo com o Item 3 do Jurisprudência em Teses do STJ, edição nº 100: “3) É desnecessária a intervenção do Ministério Público na qualidade de fiscal da lei em demandas que não envolvam direitos coletivos ou em que não haja exposição de idoso aos riscos previstos no art. 43 da Lei n. 10.741/2003. AgRg no AREsp 755993/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 28/03/2016;”

O Item III está correto, de acordo com o Item 3 do Jurisprudência em Teses do STJ, edição nº 212: “3) O fato de a parte ser pessoa com deficiência, por si só, não é motivo suficiente para caracterizar relevância social a exigir a intervenção do Ministério Público como custos legis. AgInt no REsp 1581962/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 18/06/2018.”

O Item IV está incorreto, de acordo o Item 11 do Jurisprudência em Teses do STJ, edição nº 212: “O estacionamento de veículo em vaga reservada à pessoa com deficiência não configura dano moral coletivo. STJ. 2ª Turma. AREsp 1.927.324-SP, Rel. Min. Francisco Falcão, julgado em 05/04/2022.”

O Item V está incorreto, de acordo com entendimento jurisprudencial do STJ: “As associações possuem legitimidade para defesa dos direitos e dos interesses coletivos ou individuais homogêneos, independentemente de autorização expressa dos associados. STJ. 2ª Turma. REsp 1796185/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 28/03/2019.”

QUESTÃO 75. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça em relação ao Código de Defesa do Consumidor e às ações coletivas, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Configura dano moral coletivo *in re ipsa* a exploração de jogos de azar, por constituir atividade ilegal da qual resultam relações de consumo que transcendem os interesses individuais dos frequentadores das casas de jogo.

b) Compete à Justiça Federal conhecer do processo de superendividamento previsto nos artigos 104-A e 104-B do Código de Defesa do Consumidor, com a redação da Lei nº 14.181/2021, e julgá-lo, na hipótese da presença de um ente federal no polo passivo, na forma do artigo 109, I, da Constituição da República.

c) Em sendo prolatada sentença que, ao menos em parte, seja favorável aos consumidores tutelados por algum dos legitimados previstos no artigo 82 da Lei nº 8.078/90, a ausência de publicação do edital estatuído no artigo 94 do Código de Defesa do Consumidor constitui irregularidade sanável, não havendo que se falar em nulidade do processo.

d) Os juros de mora incidem a partir da citação do devedor no processo de conhecimento da ação civil pública, quando esta se fundar em responsabilidade contratual cujo inadimplemento já produz a mora, salvo a configuração desta em momento anterior.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.



A questão exige o conhecimento jurisprudencial sobre ações coletivas consumeristas.

A alternativa A está incorreta, pois é o que pacificou o STJ em sua jurisprudência em tese, edição 165: "9) Configura dano moral coletivo in re ipsa a exploração de jogos de azar, por constituir atividade ilegal da qual resultam relações de consumo que transcendem os interesses individuais dos frequentadores das casas de jogo."

A alternativa B está correta, pois contraria entendimento do STJ: "3. A alteração promovida no Código de Defesa do Consumidor, por meio do normativo legal n.º 14.181/2021, de 1º de julho de 2021, supriu lacuna legislativa a fim de oferecer à pessoa física, em situação de vulnerabilidade (superendividamento), a possibilidade de, perante seus credores, rediscutir, repactuar e, finalmente, cumprir suas obrigações contratuais/financeiras. 4. Cabe à Justiça comum estadual e/ou distrital processar e julgar as demandas oriundas de ações de repactuação de dívidas decorrentes de superendividamento - ainda que exista interesse de ente federal - porquanto a exegese do art. 109, I, do texto maior, deve ser teleológica de forma a alcançar, na exceção da competência da Justiça Federal, as hipóteses em que existe o concurso de credores. 5. Conflito conhecido para declarar a competência do r. juízo comum do Distrito Federal e Territórios para processar e julgar a ação de repactuação de dívidas por superendividamento, recomendando-se ao respectivo juízo, ante à delicada condição de saúde do interessado, a máxima brevidade no exame do feito." (CC n. 193.066/DF, relator Ministro Marco Buzzi, Segunda Seção, julgado em 22/3/2023, DJe de 31/3/2023.)

A alternativa C está incorreta, pois este é o entendimento do STJ: "(...) 8. Em sendo prolatada sentença que, ao menos em parte, seja favorável aos consumidores tutelados por algum dos legitimados previstos no art. 82 da Lei 8.078/90, a ausência de publicação do edital estatuído no art. 94 do CDC constitui irregularidade sanável, não havendo que se falar em nulidade do processo, tendo em vista (i) a ausência de prejuízo e (ii) o disposto no art. 282, § 2º, do CPC. 9. Em contrapartida, a ausência de publicação do citado edital constituirá nulidade absoluta, nos casos em que a demanda coletiva seja extinta sem resolução do mérito ou o processo seja julgado improcedente, já que evidente o dano causado aos consumidores, que não tiveram ciência oficial do trâmite do processo e não puderam habilitar-se nos autos como litisconsortes, agregando eventuais dados que pudessem alterar o resultado final da demanda. 10. A publicação do edital previsto no art. 94 do CDC permite que os cidadãos, que se encontram na mesma situação fático-jurídica submetida a julgamento do Poder Judiciário, possam ingressar no processo coletivo, pluralizar a discussão posta em Juízo e respaldar, de forma ainda mais contundente, a decisão tomada pela Justiça. 11. Recurso especial conhecido e não provido." (REsp. 2.026.245 - MG. DJe 18/04/2023)

A alternativa D está incorreta, uma vez que esta foi a tese firmada no Repetitivo 685 do STJ: "Os juros de mora incidem a partir da citação do devedor no processo de conhecimento da Ação Civil Pública quando esta se fundar em responsabilidade contratual, cujo inadimplemento já produza a mora, salvo a configuração da mora em momento anterior."

QUESTÃO 76. No que se refere à atuação do Ministério Público como autor da ação para a defesa de interesses individuais indisponíveis, é INCORRETO afirmar que:

a) Se uma determinada escola pública, ou um determinado município, convive com índices significativos de evasão escolar, a atuação do Ministério Público na seara individual poderá ser a aplicação de medidas aos pais, ou ao estudante.

b) A legitimidade do Ministério Público para o ajuizamento de ações que tenham por objeto a defesa dos direitos individuais indisponíveis é sempre concorrente.



c) A prevalência da atuação do Ministério Público, como autor de ação na defesa de interesses individuais indisponíveis na Lei nº 8.069/90, se dá em defesa dos direitos da criança e do adolescente.

d) As manifestações processuais do Ministério Público, como fiscal da ordem jurídica, no curso de ação na defesa de interesses individuais indisponíveis, não serão meramente opinativas, mas postulatórias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. De fato, diante dos dados escolares específicos sobre evasão escolar, o Ministério Público pode enviar cartas de advertências aos pais e alunos, instaurar sindicâncias promotoriais, representar por infração administrativa contra os pais ou responsáveis para matrícula dos filhos (98, 101, III e 129, V, ECA) e para suspensão provisória ou definitiva do poder familiar (arts. 22 e 24, ECA), verificar a qualidade do ensino fornecido, tomando medidas para a sua melhoria e aperfeiçoamento (arts. 57, 58, 59 e 201, V, ECA).

A alternativa B está incorreta. O Ministério Público possui legitimidade para a defesa de direitos individuais indisponíveis, conforme previsão expressa no art. 127 da CF/88 e no art. 1º da Lei nº 8.625/93. Segundo este último: “O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.” Nesse sentido, o STJ: “O Ministério Público é parte legítima para pleitear tratamento médico ou entrega de medicamentos nas demandas de saúde propostas contra os entes federativos, mesmo quando se tratar de feitos contendo beneficiários individualizados, porque se refere a direitos individuais indisponíveis, na forma do art. 1º da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público).” (STJ. 1ª Seção. REsp 1.682.836-SP, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 25/04/2018). Contudo, o próprio autor ou outro legitimado extraordinário também podem tutelar direitos individuais, sendo a legitimidade concorrente, sob pena de usurpação de poder do MP. No Estatuto da Criança e do Adolescente, há menção expressa a essa concorrência no art. 201, §1º: “A legitimação do Ministério Público para as ações cíveis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo dispuserem a Constituição e esta Lei.”

A alternativa C está incorreta. A atuação do MP na defesa de direitos individuais indisponíveis está prevista no art. 127 da CF/88, e no art. 1º da LC 75/93, c/c art. 1º da LOMP/93. Hugo Nigro Mazilli defende que estariam nesta condição pessoas vulneráveis como crianças, adolescentes e idosos, pois em razão da sua incapacidade haveria a indisponibilidade de seus interesses e a consequente proteção pelo Ministério Público. Assim, diante da condição de vulnerabilidade de crianças e adolescentes, o MP deve atuar como ator em ações que defendam seus direitos. Vale acrescentar que a jurisprudência do STJ confirma o novo alcance da tutela de direitos indisponíveis pelo Ministério Público, como é o caso do direito à vida, e à saúde.

A alternativa D está correta. Como parte no processo, o membro do Ministério Público tem capacidade postulatória e pode propor ações no âmbito de suas atribuições. Também, o Ministério Público pode intervir no Processo Civil como fiscal da ordem jurídica, nas hipóteses exemplificativas do art. 178 do CPC. Nesse caso, além de opinar, ele terá vista dos autos depois das partes, podendo produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer, segundo art. 179 do CPC.



QUESTÃO 77. No que se refere aos procedimentos de tutela coletiva extraprocessual, é CORRETO afirmar que:

a) **Notícia de fato é qualquer notícia que por qualquer meio chegue ao conhecimento do órgão do Ministério Público, e verse sobre fato que possa demandar sua atuação, salvo se anônima.**

b) **O anonimato, por si só, não caracteriza empecilho para o recebimento de uma representação, mesmo sem os pressupostos mínimos de admissibilidade, com fundamento no princípio de publicidade e impessoalidade.**

c) **As peças de informação, por conterem elementos de prova, terão de ter seu arquivamento submetido à homologação do Conselho Superior do Ministério Público ou da Câmara de Revisão.**

d) **Se o membro do Ministério Público responsável pelo procedimento investigatório criminal se convencer da inexistência de fundamento para a propositura de ação penal pública, promoverá o arquivamento dos autos ou das peças de informação, perante o Conselho Superior do Ministério Público.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com artigo 1º da Resolução 174/2017 do CNMP: “Art. 1º A Notícia de Fato é qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal a realização de atendimentos, bem como a entrada de notícias, documentos, requerimentos ou representações.”

A alternativa B está incorreta, pois devem estar presentes os pressupostos mínimos de admissibilidade. Veja trecho do voto proferido pela Conselheira Relatora Fernanda Marinela, do CNMP, no julgamento dos Embargos de Declaração em Proposição nº 1.00757/2018-11: “Realço que o objetivo deste CNMP foi explicitar que o anonimato não pode ser, por si só, motivo para liminarmente se excluir uma denúncia de suposta irregularidade, necessário que seja realizado o juízo de admissibilidade, a partir das informações constantes do feito.”

A alternativa C está correta, de acordo com art. 19, § 2º, da Resolução nº 181/2017: “§ 2º Na hipótese de arquivamento do procedimento investigatório criminal, ou do inquérito policial, quando amparado em acordo de não persecução penal, nos termos do artigo anterior, a promoção de arquivamento será necessariamente apresentada ao juízo competente, nos moldes do art. 28 do Código de Processo Penal.”

A alternativa D está incorreta, pois a promoção de arquivamento será apresentada ao juízo competente, conforme art. 19, caput e parágrafo 1º, da Resolução nº 181/2017: “Art. 19. Se o membro do Ministério Público responsável pelo procedimento investigatório criminal se convencer da inexistência de fundamento para a propositura de ação penal pública, nos termos do art. 17, promoverá o arquivamento dos autos ou das peças de informação, fazendo-o fundamentadamente. § 1º A promoção de arquivamento será apresentada ao juízo competente, nos moldes do art. 28 do Código de Processo Penal, ou ao órgão superior interno responsável por sua apreciação, nos termos da legislação vigente.”



QUESTÃO 78. Nos termos da Lei nº 7.347/1985 (Lei de Ação Civil Pública) e de acordo com a atuação do Ministério Público na defesa dos interesses difusos e coletivos, assinale a alternativa CORRETA:

I. Quanto à legitimidade ativa para propositura de ação civil pública por associação, o requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse econômico evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.

II. Os órgãos públicos e privados legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

III. O Ministério Público e os demais órgãos públicos legitimados poderão instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias.

IV. Havendo condenação em dinheiro, em ação civil pública, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal, Estadual ou por Conselhos Municipais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.

V. A sentença civil fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado procedente, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

a) Apenas as assertivas I, II, III e V são falsas.

b) As assertivas I, II, III, IV e V são falsas.

c) Apenas as assertivas I, II, III e IV são falsas.

d) Apenas as assertivas I, II, IV e V são falsas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O Item I está incorreto. A dispensa poderá ocorrer quando houver interesse social, e não econômico, conforme art. 5º, § 4º, da Lei 7.347/85: “§ 4º O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.”

O Item II está incorreto. Apenas órgãos públicos são legitimados, conforme art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/85: “§ 6º Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.”

O Item III está incorreto. Apenas o Ministério Público poderá instaurar, conforme art. 8º, § 1º, da Lei 7.347/85: “§ 1º O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis.”

O Item IV está incorreto. O fundo não será gerido por Conselhos Municipais, conforme art. 13 da Lei 7.347/85: “Art. 13. Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.”



O Item V está incorreto, conforme art. 16 da Lei 7.347/85: “A sentença civil fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.”

QUESTÃO 79. No que concerne às ações coletivas para a defesa de interesses individuais, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), assinale a alternativa CORRETA:

I. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

II. Para a defesa dos direitos e interesses protegidos por este código são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.

III. Proposta a ação coletiva para a defesa de interesses individuais homogêneos, será publicado edital no órgão oficial, a fim de que os interessados possam intervir no processo como litisconsortes, sem prejuízo de ampla divulgação pelos meios de comunicação social por parte dos órgãos de defesa do consumidor.

IV. Em caso de procedência do pedido, a condenação será genérica, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados. V. A liquidação e a execução de sentença somente poderão ser promovidas pela vítima e seus sucessores.

a) Apenas as assertivas I, II, III e IV são verdadeiras.

b) As assertivas I, II, III, IV e V são verdadeiras.

c) Apenas as assertivas I, II, III e V são verdadeiras.

d) Apenas as assertivas II, III e V são verdadeiras.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda o conhecimento legal do CDC quanto à defesa do consumidor em juízo.

O item I está correto, na forma do art. 81 do CDC: “A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.”

O item II está correto, segundo o art. 83 do CDC: “Para a defesa dos direitos e interesses protegidos por este código são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.”

O item III está correto, na forma do art. 94 do CDC: “Proposta a ação, será publicado edital no órgão oficial, a fim de que os interessados possam intervir no processo como litisconsortes, sem prejuízo de ampla divulgação pelos meios de comunicação social por parte dos órgãos de defesa do consumidor.”

O item IV está correto, consoante o art. 95 do CDC: “Em caso de procedência do pedido, a condenação será genérica, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados.”

O item V está incorreto, na forma do art. 97 do CDC: “A liquidação e a execução de sentença poderão ser promovidas pela vítima e seus sucessores, assim como pelos legitimados de que trata o art. 82.”

Portanto, correta a alternativa A.



QUESTÃO 80. Nos termos da Resolução nº 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplina a expedição de recomendação pelo Ministério Público, assinale a alternativa **CORRETA**:

I. A recomendação é instrumento de atuação judicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas.

II. Por depender do convencimento decorrente de sua fundamentação para ser atendida e, assim, alcançar sua plena eficácia, a recomendação tem caráter coercitivo.

III. A recomendação pode ser dirigida, de maneira preventiva ou corretiva, preliminar ou definitiva, somente a pessoa jurídica de direito público que tenha condições de fazer ou deixar de fazer alguma coisa para salvaguardar interesses, direitos e bens de que é incumbido o Ministério Público.

IV. Não poderá ser expedida recomendação que tenha como destinatária(s) a(s) mesma(s) parte(s) e objeto o(s) mesmo(s) pedido(s) de ação judicial, ressalvadas as situações excepcionais, justificadas pelas circunstâncias de fato e de direito e pela natureza do bem tutelado, devidamente motivadas, e desde que não contrarie decisão judicial.

V. O órgão do Ministério Público poderá requisitar ao destinatário a adequada e imediata divulgação da recomendação expedida, incluindo sua afixação em local de fácil acesso ao público, se necessária à efetividade da recomendação.

a) As assertivas I, II, III, IV e V são verdadeiras.

b) Apenas as assertivas II, III e IV são verdadeiras.

c) Apenas as assertivas IV e V são verdadeiras.

d) Apenas as assertivas I, II, III e V são verdadeiras.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão exige o conhecimento sobre a expedição de Recomendações pelo Ministério Público, disciplinada na Resolução 164 do CNMP.

O item I está incorreto, pois a recomendação é forma de atuação extrajudicial do Ministério Público, na forma do art. 1º da Resolução 164 do CNMP: "A recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas."

O item II está incorreto, pois a recomendação não tem caráter coercitivo, segundo o art. 1º, parágrafo único, da Resolução 164 do CNMP: "Por depender do convencimento decorrente de sua fundamentação para ser atendida e, assim, alcançar sua plena eficácia, a recomendação não tem caráter coercitivo."



O item III está incorreto, na forma do art. 4º da Resolução 164 do CNMP: “A recomendação pode ser dirigida, de maneira preventiva ou corretiva, preliminar ou definitiva, a qualquer pessoa, física ou jurídica, de direito público ou privado, que tenha condições de fazer ou deixar de fazer alguma coisa para salvaguardar interesses, direitos e bens de que é incumbido o Ministério Público.”

O item IV está correto, consoante o art. 5º da Resolução 164 do CNMP: “Não poderá ser expedida recomendação que tenha como destinatária(s) a(s) mesma(s) parte(s) e objeto o(s) mesmo(s) pedido(s) de ação judicial, ressalvadas as situações excepcionais, justificadas pelas circunstâncias de fato e de direito e pela natureza do bem tutelado, devidamente motivadas, e desde que não contrarie decisão judicial.”

O item V está correto, na forma do art. 9º da Resolução 164 do CNMP: “ O órgão do Ministério Público poderá requisitar ao destinatário a adequada e imediata divulgação da recomendação expedida, incluindo sua afixação em local de fácil acesso ao público, se necessária à efetividade da recomendação.”

Portanto, correta a alternativa C.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)

